

Jovens Agricultores

Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



As novas Tecnologias ao Serviço da Agricultura



4 **Dossier *** As Novas Tecnologias ao Serviço da Agricultura*

Plano Tecnológico e Agricultura - O Desafio da Inovação*
A Sociedade da Informação em Portugal*
As Novas Tecnologias e a Prevenção dos Incêndios Florestais*
Comissão Consultiva de Mecanização Agrária*
Gestão Informatizada é Inevitável*
Agricultura de Precisão - O Controlo à Distância dos Sistemas de Rega e a Gestão da Rega*
Tecnologia na agricultura concretiza sonhos - O primeiro robot de ordenha em Portugal*
Do Especialista para os Especialistas*
Inovação e Investimentos em Sistemas de Informação*



19 **A Vindima ***



20 **Incêndios na Mira do F3 *** João Matos



22 **Jorge Oliveira, Jovem Agricultor de Sucesso *** Vencedor do Concurso Jovem Agricultor 2005



24 **Associativismo** Presidente da República visita Stand da AJAP em Santarém Assinado Protocolo entre AJAP e o Grupo Os Mosqueteiros



25 **Serviços ao Agricultor *** Postos de Atendimento SNIRB/SNIRA* Postos de Atendimento Parcelário*



26 **Legislação Nacional ***



28 **Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor ***

Ficha Técnica

(JUL/ AGO / SET) 2006

N.º 67

Propriedade, Redacção e Edição
AJAP

**Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal**

Rua D. Pedro V, 108 - 2º
1269-128 Lisboa
Telefone: 21 324 49 70
Fax: 21 343 14 90

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Depart. de Comunicação

Redacção
Depart. Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Dep. Comercial
Olga Sereno

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
n.º 78606/94

Registo de Título
n.º 116714

Tiragem
10 000 exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Foto da Capa
AJAP



Com o apoio:



* Artigos co-financiados no âmbito do
4.º Convite da Medida 10 do Programa AGRO



Editorial

UM PLANO “AGRO-TECNOLÓGICO”

O caminho para uma agricultura de sucesso passa obrigatoriamente pelas novas tecnologias. Não há volta a dar. Por muito que se goste da tradição, o futuro da agricultura depende da actualização e inovação.

É certo que a nossa agricultura é conhecida por ser pobre, envelhecida e antiquada. As estatísticas confirmam que a maioria dos agricultores tem idade avançada e poucos recursos, pelo que essa agricultura está condenada a desaparecer ou continuar a ser uma agricultura de subsistência, o que apesar de tudo é melhor do que a miséria extrema dos bairros de lata semi-urbanos. Mas quem olhar o mundo rural com atenção pode ver, desde já, coisas novas e motivos de esperança para a agricultura nacional.

No Portugal de 2006, os (Jovens) Agricultores comunicam pela Internet, os tractores utilizam cada vez mais electrónica, inclusive GPS, a rega e a fertilização são controladas electronicamente, as vacas são ordenhadas, alimentadas e geridas por computador, tal como pode ser toda a exploração agrícola, com os diversos programas disponíveis no mercado.

É uma revolução tranquila que lentamente avança pelos nossos campos, mais lenta do que seria desejável. É uma renovação de tecnologia que precisa ser apoiada e acarinhada pelos governantes, de modo a que a agricultura não seja excluída do “plano tecnológico”. É uma mudança que exige formação dos agricultores para adquirirem conhecimentos, competências e uma nova atitude de abertura e inovação permanentes.

Os Jovens Agricultores que arriscam e adoptam as novas tecnologias, mesmo quando faltam os apoios merecidos, são sobretudo um sinal de esperança para os colegas e para o País. Esperança numa agricultura com mais qualidade de vida, obtida através de mais rendimento e melhores condições de trabalho, e esperança numa agricultura que não vai acabar porque o País precisa dela e porque tem jovens, tem tecnologia e tem futuro.



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paul W. J.', is written above the name of the Vice-President.

(Vice-Presidente da AJAP)

As novas Tecnologias ao serviço da Agricultura



A importância das novas tecnologias na agricultura, tema que tratamos nesta edição de forma condensada, tem crescido de tal maneira que são cada vez menos os cépticos a resistir à revolução tecnológica e cada vez mais os que recorrem às novas tecnologias enquanto instrumentos de trabalho que potenciam o sucesso das empresas agrícolas. Como qualquer sector da economia portuguesa, a actividade agrícola necessita modernizar-se e inovar para fazer face aos desafios da competitividade no actual contexto de globalização.

Quando se fala de agricultura, fala-se de uma actividade particularmente complexa, dependente de diversas mutações, tanto naturais como artificiais que, evidentemente, influenciam a sua prática. Neste contexto, a modernização dos equipamentos pecuários e maquinaria agrícola, a par de novas formas de gerir e comunicar com recurso às novas tecnologias, tornou-se uma prioridade,

Podemos citar alguns exemplos de novas tecnologias que dão já alguns passos na agricultura nacional e que prometem revolucionar todo um sector que em muitos aspectos ainda se encontra arcaico.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

É indiscutível a importância das TIC no seio das organizações empresariais agrícolas, por forma a que o empresário possa recorrer a aplicações informáticas que abranjam diversas áreas de negócio, nomeadamente contabilidade e gestão de stocks de produtos, assim como o acesso à Internet que permite, entre outras coisas, conhecer novos métodos de cultura, formação específica, saber o tempo, e até entrar em fóruns específicos onde poderá “conversar” com outros agricultores, tirar dúvidas, trocar experiências, enfim, conhecer o universo agrícola, sob outras perspectivas. Actualmente, o *m-business* permite a utilização das novas tecnologias de informação, que podem ser acedidas a qualquer momento e em qualquer lugar, em conexão com a Internet. As TIC permitem a aplicação de diversas tecnologias, como é a **agricultura de precisão**, nomeadamente a colocação de GPS nas máquinas agrícolas que, com os softwares/ferramentas adequados - mapas de produtividade, análises de solo, imagens de satélite, fotografias aéreas, *inputs* manuais “site specific” (observações a campo com gps) - permitem conhecer as áreas mais

férteis dentro da exploração, assim como as mais deficientes relacionadas com a produtividade.

A **monitorização e controlo** tem vindo a expandir-se através do uso de sondas, estações meteorológicas automáticas e outros, devido não apenas a terem um custo mais reduzido mas também pela sua fiabilidade. Com a ligação via rádio ou via GSM, a forma utilizada mais frequente, o agricultor acede ao sistema e recolhe os dados, comandando a execução de operações à distância.

Os actuais **PDA's** (Personal Assistant Digital) permitem o acesso, em tempo real, qualquer que seja o local que o agricultor se encontre, a diversas informações, nomeadamente, de mercado, possibilita ainda a recolha da informação de campo, em formato digital e até so-correr-se dos sistemas de apoio à decisão no momento, nomeadamente na utilização de desinfestantes. Vários programas de gestão agrícola estão já disponíveis para utilização com os PDA.

Os **Telemóveis** são ferramenta indispensável para qualquer agricultor. Para além de facilitarem o contacto com clientes, técnicos e fornecedores por parte de um empresário que, regra geral, passa muito pouco tempo no escritório, são cada vez mais utilizados pelas organizações de agricultores para facultarem informações de carácter geral ou específico (por exemplo, resultados analíticos dos produtos agrícolas fornecidos à cooperativa, alguma anomalia detectada, etc.).

A utilização da **Identificação Electrónica Animal** traduziu-se num salto, tanto quantitativo como qualitativo, na gestão de dados relacionados com esses mesmos animais, o que permite melhorar qualquer tipo de controlo que se pretenda realizar. Esta tecnologia tem de ser acompanhada de um sistema de informatização dos dados eficiente para obter todos os benefícios que a identificação electrónica pode proporcionar. Estes sistemas não só permitem uma identificação única e permanente dos animais, mas também as possibilidades de automatização e controlo da gestão dos animais da exploração, no seu sentido mais amplo, tornam-se realidade com a execução destes sistemas. A automatização da recolha de informação, desde a exploração até à central de base de dados, conduzirá a uma poupança de tempo na recolha e processamento dos dados

de cada animal e a um aumento da fiabilidade da informação.

Robots de Ordenha

A identificação electrónica animal é ainda fundamental para um conjunto de equipamentos que se vulgarizaram, como é o caso dos DAC (Distribuidores Automáticos de Concentrado) ou DAL (Distribuidores Automáticos de Leite), adaptáveis a várias espécies pecuárias. São também muitos os sistemas de ordenha electrónica que registam a produção dos animais e disponibilizam os dados para os programas de gestão das explorações. O “top” destes mecanismos são os Sistemas de Ordenha Voluntária, conhecidos como “Robots de ordenha”. Apesar de já existirem milhares destas máquinas em funcionamento por todo o mundo, neste momento apenas três estão em funcionamento no nosso País, em duas explorações lideradas por Jovens Agricultores. O primeiro robot instalado em Portugal é motivo de reportagem nesta edição, os mais recentes estão na vacaria de um dos finalistas do concurso “Jovem Agricultor 2005”, promovido pela AJAP.

Produção de Biocombustíveis

Surgiram como o forte concorrente aos combustíveis fósseis (petróleo). O uso dos biocombustíveis comporta grandes vantagens, nomeadamente, o controlo da emissão de gases para a atmosfera, ajudando assim os países a cumprir o Protocolo de Quioto. Entre os produtos que fazem parte dos biocombustíveis podemos encontrar o Bioetanol que consiste em etanol produzido a partir da biomassa, para utilização como combustível. O etanol pode ser obtido através de matérias-primas agrícolas com grandes teores de amido ou açúcar, como os cereais, beterraba, batata, uvas; o Biodiesel é um éster metílico produzido a partir de óleos vegetais (girassol ou colza) ou animais, e que pode ser utilizado como biocombustível em motores diesel, misturado com gasóleo ou puro; o Biohidrogénio, que é o hidrogénio produzido a partir de biomassa, para igual utilização (combustível); a Biomassa resulta de produtos e resíduos da actividade agrícola e florestal, efluentes domésticos e de instalações de agro-pecuária, de indústrias agro-alimentares, culturas energéticas e resíduos sólidos urbanos, que são convertidos através de vários processos, como a combustão, fermentação e gasificação, em combustíveis (etanol, biodiesel, hidrogénio), energia eléctrica e calorífica, e até transformada em diversos materiais, como

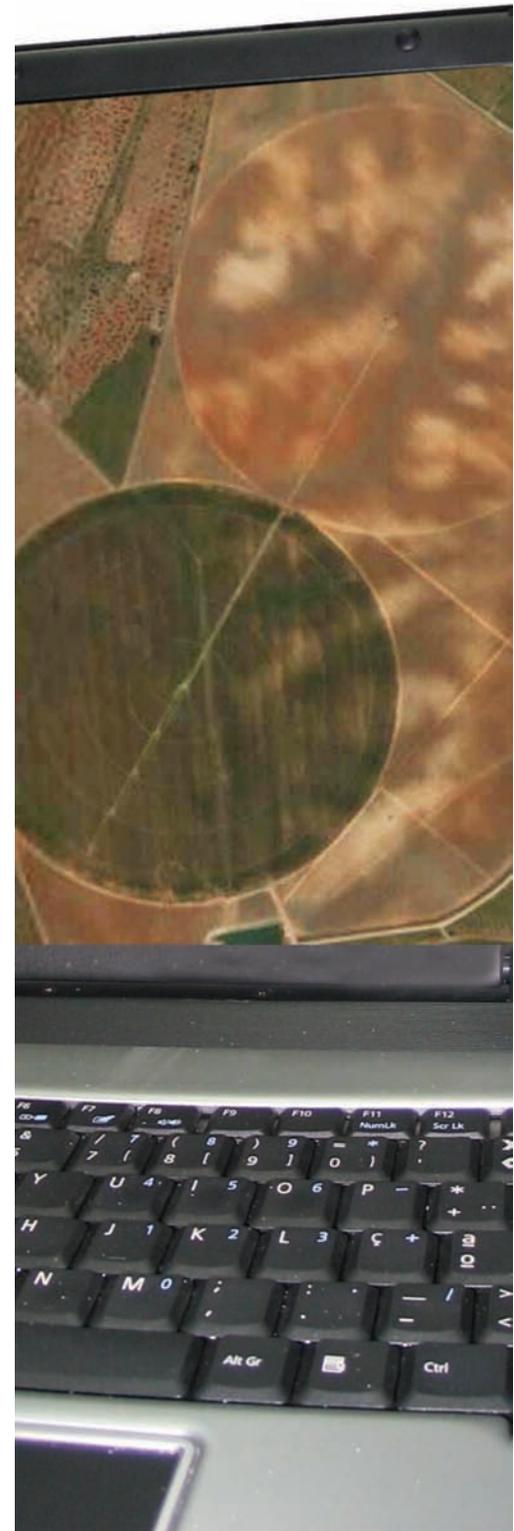
plásticos, tintas, detergentes, produtos farmacêuticos, entre outros.

Biotecnologia

O progresso científico desta tecnologia aplicada na agricultura, tem ultrapassado todas as expectativas que seriam de esperar nos últimos anos. Tendo surgido no final da década de 70 a “nova” Biotecnologia tornou possível a manipulação molecular das plantas. Um organismo ou uma cultura geneticamente modificada é uma planta que contém um gene que foi artificialmente inserido, em vez de ser naturalmente adquirido na reprodução. O gene inserido pode vir de outra planta ou de uma espécie completamente diferente. O que resulta é uma planta “geneticamente modificada”. Nos países mais industrializados o uso de culturas GM, tem trazido benefícios bastante expressivos, nomeadamente, maior rendimento das culturas, custos agrícolas reduzidos, maiores lucros para o agricultor, melhoria no meio ambiente, em culturas como o arroz (enriquecido com ferro e vitamina A), batatas (maior volume de amido), milho (transformações genéticas que permite crescer em condições difíceis e resistência a pragas) e soja. É claro que, como qualquer nova tecnologia, poderá ter riscos de que é exemplo o perigo que existe de, inadvertidamente, introduzir genes e outros agentes nutricionais em alimentos, a possibilidade das culturas transgénicas desenvolverem resistência a antibióticos em animais e humanos, ou de pragas e insectos desenvolverem resistência a toxinas produzidas por culturas GM e o risco dessas toxinas afectarem outras pragas ou organismos “não-alvo”, podendo provocar o desequilíbrio do meio ambiente.

De qualquer forma, e apesar das actuais controvérsias relativamente ao uso ou não uso da biotecnologia na agricultura, é incontestável que esta tecnologia é demasiado valiosa para ser desaproveitada, dado o seu potencial de criar novas variedades de culturas comerciais economicamente importantes.

Estando estas e outras tecnologias disponíveis, é pertinente que se questione até que ponto estão acessíveis e até que ponto os agricultores estão preparados para as utilizar. Nesse sentido, para além do fundamental apoio ao investimento, há um enorme trabalho de formação a desenvolver de modo a adquirir competências e promover uma atitude de abertura e inovação permanentes, tão importantes como as ajudas financeiras.



Plano Tecnológico e Agricultura

O Desafio da Inovação



Rui Grilo

Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico

Quando se fala em inovação, é fácil pensar em indústrias e serviços de alta tecnologia e em cenários futuristas. Mas a inovação não é só isso. Inovar, numa empresa de qualquer sector, é ser capaz de ganhar uma vantagem competitiva através de um novo produto ou serviço, de uma nova forma de produzir ou até de uma nova forma de chegar aos clientes e responder às suas necessidades. Inovar é simplesmente ser mais competitivo.

É por isso que a inovação é tão importante para toda a economia portuguesa, especialmente nos seus sectores mais tradicionais, nos quais pode parecer mais difícil inovar. Nesses sectores, e em especial na agricultura, há espaço para utilizar as tecnologias da informação e da comunicação para redefinir negócios, ganhar eficiência, escala ou, simplesmente, para chegar a novos mercados. Para que isso aconteça é preciso, em primeiro lugar, que os empresários agrícolas estejam atentos a essas oportunidades e as aproveitem.

O Plano Tecnológico surgiu também com esse objectivo, para alertar toda a sociedade portuguesa (empresas, cidadãos, instituições) para a importância de aproveitar as oportunidades deste momento de mudança tecnológica. Para que isso aconteça, obviamente que o Governo também tem um papel a desempenhar, assumindo o compromisso de concretizar medidas para promover um melhor nível de qualificações, garantir um acesso generalizado à sociedade do conhecimento, vencer o atraso científico e tecnológico e criar um ambiente favorável aos negócios e à inovação.

Inovar é ser capaz de ganhar uma vantagem competitiva através de um novo produto ou serviço, de uma nova forma de produzir. Inovar é simplesmente ser mais competitivo

Os empresários do sector agrícola podem já beneficiar de medidas do Plano Tecnológico que estão em execução, como a Empresa na Hora, a Marca na Hora ou a Iniciativa Novas Oportunidades. Especificamente para os agricultores, o Balcão Único do Agricultor, uma das medidas do Plano Tecnológico em preparação, tem precisamente como objectivo facilitar o contacto dos agricultores com os serviços do MADRP. A criação de um único ponto de contacto dará expressão à modernização que está em curso dos sistemas de ajudas e permitirá a realização de candidaturas online.

Ninguém melhor do que os agricultores (e os Jovens Agricultores em especial) para saber onde podem estar as oportunidades para inovar

Ninguém melhor do que os agricultores (e os Jovens Agricultores em especial) para saber onde podem estar as oportunidades para inovar. Mas parecem ser especialmente prometedoras as aplicações de tecnologias para melhorar a produção e transformação dos produtos agrícolas, para tornar mais eficiente a organização e gestão das explorações, permitindo a aposta em nichos de mercado de maior valor acrescentado, ou para comercializar os produtos apostando na diferenciação e na qualidade.

O caminho a percorrer será árduo e difícil, mas pode conduzir o nosso país a um novo modelo competitivo baseado no conhecimento, na tecnologia e na inovação. É esse o objectivo último do Plano Tecnológico, para o qual os jovens agricultores terão certamente um importante contributo a dar.

A Sociedade da Informação em Portugal

O programa LigarPortugal, lançado no final de Julho de 2005 pelo Governo, estabelece as orientações gerais para as políticas de promoção da Sociedade da Informação em Portugal com o horizonte de 2010. Este programa responde aos desafios colocados pela iniciativa da Comissão Europeia “i2010 – Sociedade de Informação Europeia para o Crescimento e Emprego”. Os objectivos gerais do programa LigarPortugal incluem: promover uma cidadania moderna, garantir a competitividade do mercado nacional de telecomunicações, assegurar a transparência da Administração Pública, promover a utilização crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pelo tecido empresarial, assegurar o desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica, estimular o desenvolvimento científico e tecnológico.

O sucesso do programa LigarPortugal depende em larga medida da criação e utilização de novos serviços e conteúdos, via Internet, transversais a múltiplos sectores da sociedade, com impacto directo na qualidade de vida e no trabalho dos cidadãos. Entre as múltiplas áreas a explorar, como particularmente apropriadas a beneficiar de um aproveitamento intenso das TIC, salientam-se: a modernização e abertura do ambiente escolar; a modernização da Administração Pública; a distribuição de informação de interesse público, designadamente sobre riscos públicos, ambiente, segurança alimentar, saúde, ou segurança interna; a sistematização de rotinas de monitorização e acompanhamento para correcção de políticas e actualização de acções.

As oportunidades proporcionadas pelas TIC devem contribuir para qualificar as organizações portuguesas elevando-as aos níveis de exigência, eficiência, competência e produtividade dos países mais desenvolvidos, posicionando-nos colectivamente como uma sociedade onde:

- O conhecimento e a informação são valores culturais, sociais e económicos fundamentais;
- Se promove a inclusão social de todos os cidadãos, a colaboração entre pessoas e ins-

tuições, o trabalho cooperativo em rede;

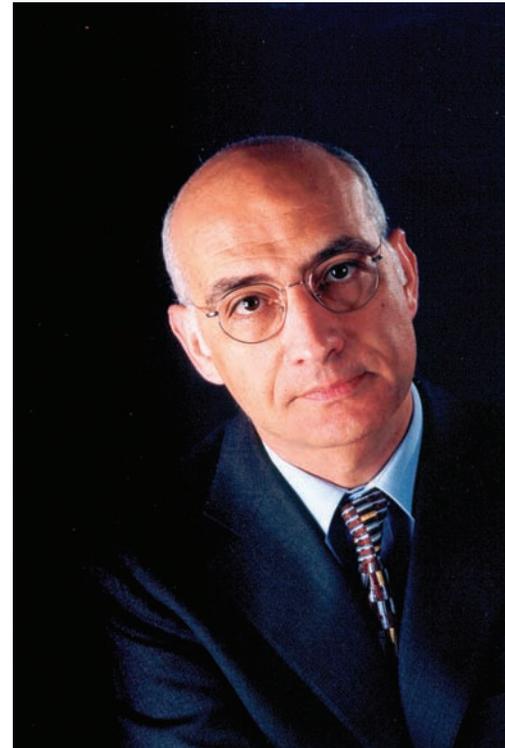
- O desenvolvimento tecnológico se torna um poderoso instrumento de criação de riqueza, crescimento económico e emprego, e é elemento crucial da competitividade do sector empresarial nacional;
- A apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação é associada a uma cultura de verdade e transparência, de avaliação lúcida e objectiva, de liberdade de expressão e acesso à informação, de eficiência organizativa e de abertura internacional.

Principais passos a nível nacional:

- Facilitação da Compra de Computadores por Famílias com Estudantes;
- Ligação das Escolas Públicas à Internet em Banda Larga;
- Aumento da Largura de Banda de Universidades, Politécnicos e Instituições Científicas;
- Elevada Utilização da Biblioteca do Conhecimento Online (b-on);
- Campus Virtual – Rede Sem Fios do Ensino Superior (e-U);
- Elevado Crescimento da Penetração da Banda Larga na População e nos Lares;
- Aumento do número de Registo de Domínios .pt;
- Promoção da Inclusão Digital;
- Ligação Crescente da Administração Pública em Banda Larga;
- Melhoria da Disponibilização de Serviços Públicos Online;
- Programa Nacional de Compras Electrónicas e Adopção da Factura Electrónica na AP;
- Comércio Electrónico.

Conclusão

Apesar de se encontrar numa posição baixa ou intermédia em termos comparativos com outros países da UE, Portugal teve nos últimos anos importantes melhorias em muitos dos principais indicadores da Sociedade da Informação e os projectos em curso permitem-nos ambicionar ainda a uma melhor posição no âmbito dos países mais avançados na Sociedade da Informação, com níveis mais elevados de exigência, eficiência, competência e produtividade.



Luís Magalhães

Presidente da Agência para a Sociedade do Conhecimento

O sucesso do programa LigarPortugal depende em larga medida da criação e utilização de novos serviços e conteúdos, via Internet, transversais a múltiplos sectores da sociedade

As Novas Tecnologias e a Prevenção dos Incêndios



Amândio Torres

Vice-presidente do Serviço de Bombeiros e Protecção Civil

As alterações verificadas ao longo dos anos, com início nas décadas 50/60, na ocupação demográfica do nosso território como resultado de factores relacionados com a emigração e migração para o litoral e grandes urbes e também, para as novas centralidades que entretanto surgiram no interior implicaram um decréscimo da actividade humana em vastas áreas do Continente. Em contra ponto a vegetação natural invadiu em crescendo todo os espaços fazendo como que “um cerco” aos povoados e até às cidades, facto bem visível por todos quando saímos dos perímetros urbanos. É como se a natureza, libertada da pressão humana, reocupasse o território que originalmente lhe pertencia.

Em paralelo a expansão urbana e industrial então verificada não obedeceu, por inexistentes, a quaisquer directrizes de planeamento, podendo hoje ser observada uma grande dispersão de construções, instaladas em áreas silvestres, envolvidas por floresta natural ou artificial. A esta realidade não foi estranho o facto de os PDM apenas terem surgido na década de 80 quando o processo já estava em curso e com a agravante de terem abordado de forma incipiente o ordenamento dos espaços rurais ou seja, mais de 62 % do território, percentagem esta que tende a crescer pelo evidente abandono verificado na actividade agrícola.

À medida que estas transformações se foram operando uma outra começou a ter relevante peso na paisagem nacional como reflexo de um processo anteriormente iniciado. A arborização do território começou nos primeiros anos do séc. XX, inicialmente pela acção directa do Estado, através dos planos de consolidação do cordão dunar do Litoral e posteriormente pela arborização dos Baldios mas também pelos proprietários da terra, que induzidos pela procura industrial, semearam extensas áreas de pinhal e, mais recentemente, dos anos sessenta para cá, expandiram a área de eucaliptal.

Apesar dos incêndios a área florestal global apresenta um crescimento face por um lado à capacidade do ecossistema se auto regenerar e por outro à contínua iniciativa de arborização realizada por muitos proprietários com ou sem apoio de fundos comunitários mas acompanhadas como se sabe por um *deficit* de gestão assinalável.

Portugal apresenta por esta razão uma forte

representação territorial de espaços que podemos designar genericamente como espaços silvestres. Ocupam cerca de 5,5 milhões de hectares de terra genericamente com elevada carga combustível, e onde as condições meteorológicas existentes em alguns períodos do ano propiciam um alto risco de incêndio.

É pois neste “caldo de cultura” que os incêndios têm tido lugar.

É neste cenário onde a negligência no uso do fogo; a manutenção de práticas de queima de restos de culturas sem os devidos cuidados normalmente realizada por pessoas idosas, cigarros mal apagados, o lançamento de foguetes; os piqueniques; o trabalho com máquinas em dias de risco de incêndio elevado; e o incendiário, originam a primeira chama com alta probabilidade de converter-se em grande desastre.

Esta realidade é suficientemente evidenciada pelo elevado número de ocorrências, 35 000 em 2005, o que corresponde, se admitirmos uma distribuição ao longo do ano, à média de 96 por dia!!!

O impacto dos incêndios florestais em Portugal é por demais conhecido e tem sido ao longo dos anos objecto de preocupação e estudo por sucessivos governos e diversas instituições públicas e privadas.

O ano de 2003 marcou profundamente a nossa sociedade ao ser confrontada com uma área consumida pelos incêndios nunca antes atingida, com o sacrifício de vidas humanas e elevados prejuízos materiais.

Os espaços silvestres ocupam cerca de 5,5 milhões de hectares de terra genericamente com elevada carga combustível, e onde as condições meteorológicas existentes em alguns períodos do ano propiciam um alto risco de incêndio

s Florestais

O cenário da desgraça repetido em 2005 com a morte de 20 pessoas, destruição de 338 mil hectares de floresta e matos, afectando milhares de postos de trabalho e o rendimento de diversas famílias reforçou o imperativo de iniciar um processo de abordagem do problema necessariamente mais consequente.

A Assembleia da República, através da Comissão Eventual de Incêndios Florestais, o Governo pelas iniciativas legislativa e organizacionais desenvolvidas, estudos e propostas de actuação provenientes de diferentes entidades públicas e privadas apontaram para a necessidade de encarar os incêndios florestais não de forma reactiva, centrada na área do socorro, mas sim proactivamente assumindo estar perante um problema de raiz social, económica e de ordenamento do território que necessita de soluções próprias concorrentes para o mesmo objectivo central da diminuição dos incêndios em Portugal.

Esta visão, levou à necessidade de integrar, articular e reajustar quadros funcionais de instituições e recentrar a responsabilidade e comando de operações de socorro. Dentro deste princípio as decisões da Reunião de Conselho de Ministros de Outubro de 2005 e a aprovação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios podem ser sintetizadas em três áreas centrais de intervenção:

1. Uma de âmbito estrutural, relacionado com o ordenamento, com a promoção da gestão florestal e com a intervenção preventiva em áreas estratégicas atribuída à Direcção Geral dos Recursos Florestais.

Neste âmbito podemos constatar a aprovação dos primeiros Planos Regionais de Ordenamento Florestal e a relevância atribuída aos Municípios Portugueses na implementação de acções contempladas nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios em elaboração pelos respectivos Gabinetes Técnicos Florestais. Estabeleceu-se, através do Decreto Lei 124/2006 de 28 de Junho, o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ajustou-se o enquadramento legal e financeiro das Equipas de Sapadores Florestais das organizações da produção florestal e assistimos actualmente ao desenvolvimento do processo de constituição das Zonas de Intervenção Florestal entre outros.

2. Uma outra que objectiva a redução da incidência dos incêndios, através de acções de sensibilização sobre públicos alvo, reforço da capacidade de dissuasão, vigilância, de-

tecção, fiscalização e penalização sobre infractores protagonizada pela GNR.

Releva-se a reestruturação operada no SEPNA com inclusão do Corpo Nacional da Guarda-florestal concentrando desta forma numa única instituição actividades até aqui dispersas por dois organismos.

3. E uma terceira, que envolve a melhoria da eficácia do ataque e gestão de incêndios onde se inclui, as acções de ataque inicial e combate até à consolidação da extinção através de acções de rescaldo e vigilância pós rescaldo, da competência do SNBPC.

Neste quadro, foi estabelecido pela primeira vez um dispositivo de Defesa da Floresta Contra Incêndios, concretizada numa Directiva Nacional que congrega todas as entidades públicas e privadas envolvidas. Constituiu-se um Comando Nacional e Distrital com a participação activa de elementos de ligação da DGRF, ICN, PJ, GNR, FA. Reformulou-se a fórmula de contratação de meios aéreos que passou a ser plurianual e desenvolveu-se o processo para a aquisição de meios próprios do Estado. Ampliou-se a capacidade terrestre e aérea de ataque inicial a incêndios nascentes através, por um lado, pelo aumento do número e tipologia dos meios que permitiu um aumento do número de brigadas helitransportadas e por outro, pela ampliação do número de Equipas de Terrestres. Neste tema assinala-se a inovação verificada com a constituição dos GIPS da GNR na vertente de intervenção aérea e terrestre.

Apesar destas acções continuamos a verificar a ocorrência de elevados número de ignições e a um grande esforço desenvolvido pelos diferentes agentes envolvidos em evitar que estas se transformem em desastres gravosos para todos. Como antes foi referido todos sabemos que a maioria dos incêndios tem por base a mão do homem pelo que importa realizar um esforço colectivo na alteração dos comportamentos dos cidadãos nos espaços rurais e florestais de forma a diminuir ao máximo a probabilidade da ocorrência da primeira chama que origine o incêndio.

Convém não esquecer que vivemos num ambiente muito propício ao acidente pelo que todo o cuidado é pouco!

Para terminar queria deixar ao leitor a seguinte pergunta:

“Alguma vez lhe surgiu a ideia de acender o isqueiro enquanto abastece a sua viatura num posto de combustível?” Pense nisto!

O combustível existente nos espaços rurais é igualmente perigoso! Não o inflame!



Comissão Consultiva de Mecanização Agrária



Manuel Funenga

**Chefe de Divisão de Mecanização Agrária
Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica**



O IDRHa (como os organismos que o antecederam) é por atribuição orgânica e competência técnica, o serviço do Ministério da Agricultura especializado em questões de mecanização agrícola e que, por isso, dialoga, desde há muito, com os organismos representativos da agricultura, da indústria e do comércio de máquinas agrícolas e florestais.

O desenvolvimento das novas tecnologias na monitorização da actividade agrícola, têm vindo a merecer um interesse muito especial da CCMA

Por este facto, foi criado em 1985 o Conselho Consultivo de Mecanização Agrícola que agregou representantes de vários serviços da Administração Pública e das associações mais directamente empenhadas nas questões da mecanização agrícola e florestal, tendo-se mantido em funcionamento até 1995. Nesta data foi criada formalmente a Comissão Consultiva de Mecanização Agrária (Portaria 1446 de 5 de Dezembro 1995, actualizada depois pela Portaria 128 de 22 de Fevereiro de 1999).

As competências da CCMA têm-se concretizado ao longo destes 22 anos (com 110 reuniões realizadas) através de numerosas iniciativas de que salientamos a criação, em 1987, de um regulamento nacional de segurança aplicado a diversos tipos de equipamentos agrícolas e que terminou em 1992 com a entrada em aplicação da directiva “Máquinas”, as propostas de legislação visando dotar os tractores com estruturas de segurança, de um regulamento de comércio de máquinas agrícolas e ainda regulamentação relativa à matrícula dos tractores importados no estado de usados. Foram emitidos vários pareceres relativos a propostas de legislação, nas áreas da circulação rodoviária, da habilitação legal para conduzir veículos agrícolas, da aprovação e das características dos tractores e máquinas agrícolas, da utilização desses mesmos equipamentos e do transporte de trabalhadores agrícolas.

A reforma da PAC, o Alqueva Agrícola, a Agricultura de Precisão, foram também temas de objecto de apreciação e de debate.

O desenvolvimento das novas tecnologias na monitorização da actividade agrícola, nomeadamente as relativas à produtividade nos cereais e na vinha, à gestão de sistemas de rega e à aplicação de fertilizantes a taxa variável, têm vindo a merecer um interesse muito especial da CCMA, dadas as potencialidades previsíveis e os prometedores resultados obtidos em diversos projectos em curso e em situações já implantadas no terreno.

Toda a actividade desenvolvida, tem servido para evidenciar o empenho e a proveitosa conjugação de esforços dos membros da CCMA, bem como das entidades por eles representadas. Conseguiu-se a criação de um espaço de diálogo propício à obtenção dos consensos indispensáveis à satisfação das necessidades que determinaram a sua criação, sendo de destacar a capacidade para equacionar questões técnicas de significado relevante para o desenvolvimento da agricultura e o estabelecimento da conveniente articulação com a indústria e o comércio de equipamentos agrícolas e florestais

As competências da CCMA têm-se concretizado ao longo destes 22 anos (com 110 reuniões realizadas) através de numerosas iniciativas de que salientamos a criação, em 1987, de um regulamento nacional de segurança aplicado a diversos tipos de equipamentos agrícolas e que terminou em 1992 com a entrada em aplicação da directiva “Máquinas”

Gestão Informatizada é Inevitável

A gestão da empresa agrícola é uma questão que o moderno agricultor ou empresário agrícola não pode negligenciar. Com margens decrescentes e a forte pressão sobre os custos, a concorrência acesa em praticamente todos os mercados e exigências crescentes por parte dos consumidores é essencial gerir bem controlando todos os detalhes.

Existe actualmente duas forças fundamentais que forcem a modernização da gestão da empresa agrícola. Por um lado o controlo dos custos de produção (com vista à sua redução) e, por outro, as exigências de consumidores e regulamentação para promoção da segurança alimentar.

A informatização dos processos de gestão da empresa agrícola são a melhor resposta possível para enfrentar este hostil ambiente empresarial. É possível com ela, com baixos custos administrativos, responder eficaz e eficientemente às questões que surgem quotidianamente como:

- Qual o meu custo de produção real total? E se considerar apenas os custos variáveis?
- Qual o custo de produção numa determinada área precisa? Será que vale a pena continuar a produzir nesse local?
- Qual a origem de determinado lote de produto? E como foi produzido? Em que condições e sujeito a que tipo de substâncias químicas, em que datas e em que quantidades?

Na escolha de uma aplicação de gestão deve ser considerado o número de utilizadores, a plataforma a utilizar (computador pessoal, rede de computadores, computadores de bolso – PDA), as funcionalidades da aplicação e o seu grau de adaptação à realidade dos processos da empresa em causa.

Existe software de qualidade (premiado) produzido em Portugal e já largamente difundido, capaz de responder a todas as especifici-

dades das explorações agrícolas nacionais a custos baixos. Algumas soluções podem até integrar dados recolhidos no campo num computador de bolso com a informação das facturas emitidas e recebidas no escritório.

Por outro lado, a massificação da tecnologia que temos assistido tem reflexos positivos para os consumidores. O computador pessoal, portátil ou fixo, o computador de bolso ou o acesso à Internet em banda larga estão presentes em qualquer hipermercado a preços cada vez mais baixos. Muitas vezes a informatização da gestão começa pela crescente familiaridade e multifuncionalidade dos equipamentos.

A informatização dos processos de gestão da empresa agrícola são a melhor resposta possível para enfrentar este hostil ambiente empresarial

É importante considerar para a implementação de qualquer sistema de informação o acompanhamento por consultores qualificados. Para modernizar e informatizar a gestão de uma empresa não basta a aquisição de computador e software de gestão – é necessário mudar os processos ou formas de fazer. As atitudes ou comportamentos são sempre difíceis de mudar porque requerem tempo, paciência e ajuda especializada. Mas “para melhor muda-se sempre” e é exactamente isso que os agricultores portugueses têm que fazer!



**José Pedro Salema e
Frederico Avillez**

**Directores Executivos da Agrogestão
Consultoria em Meio Rural, Lda**

Agricultura de Precisão

O Controlo à Distância dos Sistemas de Rega e a Gestão da Rega



João Ferreira

Director-Geral Irricampo-Sistemas de Rega

Numa agricultura de regadio cada vez mais exigente, muitas são as questões com que o empresário agrícola se depara no dia-a-dia, sendo que das mais importantes referem-se ao controlo dos seus sistemas de rega e à gestão da rega.

- Será que o sistema de rega está a funcionar?
- A quantidade de água que estou a aplicar será a mais indicada?
- Necessitarei de regar?
- Estarei a colocar a água à profundidade desejada?

Estas são algumas questões que poderão ser “respondidas” através de alguns mecanismos de controlo dos sistemas de rega e gestão da rega.

Relativamente à primeira questão: “Será que o meu sistema de rega está a funcionar?”, existem produtos que permitem o total controlo à distância do funcionamento do sistema, seja a rega efectuada por pivot, cobertura total ou gota a gota.

Através da utilização de programas de software, é possível supervisionar e realizar todas as operações de controle e gestão da rega desde o escritório, casa ou automóvel, sendo a comunicação efectuada através de rádio ou rede telefónica. No fundo, não é mais do que “transportar” o quadro de controle ou o programador que tem no campo, para o seu escritório. A utilização desta tecnologia permite algumas vantagens em factores tão importantes como a gestão do tempo, a conservação de água, custos de produção e os problemas ambientais.

Gestão do Tempo

- Economia de tempo, com redução de viagens ao campo para:
- Pôr em funcionamento ou desligar o sistema;
- Inverter sentido e marcha, no caso dos pivots ou alterar a programação dos sectores nos outros sistemas de rega;
- Alterar quantidade de água a aplicar;
- Ligar e desligar equipamento de fertilização;

Existem produtos que permitem o total controlo à distância do funcionamento do sistema, seja a rega efectuada por pivot, cobertura total ou gota a gota

- Verificar se o sistema está em perfeito funcionamento;
- Accionar todos os outros comandos disponíveis.

Conservação da Água

- Ajustar a aplicação de água aos vários tipos de solos;
- Ajustar a quantidade de água a aplicar ao longo do campo para evitar escorrimento superficial;
- Ajustar automaticamente a quantidade de água às culturas diferentes plantadas no mesmo pivot;
- Estabelecer uma programação para um uso mais eficiente de água;
- Minimizar a perda por evaporação por meio de desligar automaticamente o sistema através da utilização de um anemómetro (sensor de medição da velocidade do vento);
- Evitar encharcamentos no campo desligando automaticamente o sistema com um pluviómetro.

Custo de Produção

- Ligar e desligar automaticamente o sistema, evitando a deslocação ao campo;
- Economia de dinheiro uma vez que se pode aproveitar para operar com o sistema em horários com tarifas reduzidas de energia eléctrica;
- Diminuir custos com mão-de-obra;
- Diminuir despesas com veículos;
- Controlo da aplicação dos produtos químicos, de acordo com os tipos de solo e necessidades das culturas;
- Programação distinta.

Meio Ambiente

- Com a utilização de um caudalímetro, poderá medir o volume água utilizado na cultura durante a campanha;

Hoje em dia está disponível equipamento prático e fiável, sensores de humidade da última geração, que nos permitem medir o nível de humidade do solo e receber os dados recolhidos

- Registo da quantidade de produtos químicos utilizados;
- Controlo de diferentes dotações, conforme o tipo de solo, o que reduz a perda de água e adubos para as camadas mais profundas do solo.

Relativamente à Gestão da Rega, as questões “a quantidade de água que estou a aplicar será a mais indicada?”, “necessitarei de regar?”, “estarei a colocar a água na profundidade desejada?”, poderão ter uma resposta adequada com a utilização de aparelhos que meçam no campo a humidade do solo, sendo a utilização de sensores de humidade, desde há muito considerado como a forma mais rigorosa para definir uma rega correcta.

Estas tecnologias apresentam-se como um óptimo exemplo de racionalização de custos e maximização de receitas

Hoje em dia está disponível equipamento prático e fiável, sensores de humidade da última geração, que nos permitem medir o nível de humidade do solo e receber os dados recolhidos no escritório através de telemetria, dando assim um passo de gigante na gestão da rega.

A informação recolhida pelos sensores é enviada sem custos (via rádio) para um computador, em intervalos mínimos de 15 minutos. O software utilizado que armazena a informação recebida, é de fácil utilização e permite todo o tipo de consulta de dados recebidos, apresentando a informação acumulada em diferentes tipos de gráficos de fácil interpretação para além de uma excelente apresentação.

A medição contínua da água efectivamente disponível para a planta, nos diversos níveis de profundidade, permite visualizar com uma nitidez impressionante o comportamento dinâmico da água no solo, ao ponto de ser visível a diferente intensidade de extracção de água pelas raízes activas da planta ao longo de um dia.

As consequências da introdução desta tecnologia são difíceis de quantificar, pois o conhecimento rapidamente adquirido tem acelerado

de tal forma a evolução dos conceitos de rega, que já permite hoje em dia falar em rega deficitária controlada, por exemplo no caso da vinha, de forma a maximizar os níveis de qualidade e quantidade, o que era impensável até há pouco tempo atrás.

Medir a quantidade de água efectivamente disponível para a planta na zona radicular, poderá mudar os hábitos de condução de rega

O salto qualitativo no controle da rega pode assim ser conseguido desde já, permitindo ao agricultor intervir activamente durante a campanha de rega, tentando manter o nível de humidade do solo perto do ideal, adaptando a rega em cada momento ao estado vegetativo da planta e às condições atmosféricas que se verificarem. Pode assim, o agricultor saber a resposta às perguntas frequentes: Quanto regar? Quando regar? Que eficácia teve a rega efectuada?

A monitorização da água do solo permite a evitar:

- custos desnecessários provocados por regas excessivas;
- custos ambientais provocados pelas perdas de água por escoamento superficial;
- contaminação de lençóis de água, perdas de nutrientes, compactação do solo, etc.;
- asfixia radicular provocada por excesso de humidade do solo;
- stress hídrico em parte ou na totalidade do volume de terra ocupado pelas raízes.

Numa altura em que tanto se fala da redução das receitas da actividade agrícola, estas tecnologias apresentam-se como um óptimo exemplo de racionalização de custos e maximização de receitas, além de que será uma ferramenta fundamental e imprescindível para uma boa agricultura de regadio, cuja gestão até agora se assemelhava a conduzir um automóvel sem velocímetro, acreditando que por sensibilidade não se vai exceder a velocidade, ou a conduzir um automóvel sem nível do depósito do combustível, acreditando que apenas por sensibilidade não vamos ficar parados no meio da estrada.

Os resultados obtidos com a utilização destes equipamentos têm sido muito positivos, e nalguns casos surpreendentes, pelo que acreditamos ser indispensável o uso deste tipo de equipamento numa exigente agricultura de regadio.



Tecnologia na agricultura concretiza sonhos

O primeiro robot de ordenha em Portugal



José António Teixeira

Com a sua mulher Maria Manuela, detém a Agro-mancelos em Amarante

Salvo raras exceções, todos os agricultores nasceram com uma costela rural, tal como eu, os meus pais eram agricultores, a exploração foi contruída de acordo com a realidade da época, e em 1995 foi feito um balanço e decidiu-se avançar para outras áreas. Nessa altura propuseram-me que ficasse a tomar conta da exploração, desde então trabalho por minha conta e encaro a agricultura como um desafio constante que nos obriga a evoluir. Ressalvo o facto de o sucesso desta exploração dever-se não só ao nosso trabalho, como ao de muito boa gente que existe na sociedade e que nos ajuda a encontrar soluções para as dificuldades do dia-a-dia.

José Teixeira e Maria Manuela, juntos no casamento e na carreira agrícola, detêm há 11 anos a Agro-mancelos, em Amarante, exploração de sucesso dedicada à bovinicultura de leite, embora tenham começado apenas com uma vaca, contam actualmente com um efectivo de 190 animais, dos quais 78 em produção.

Quando questionado sobre o que o levou a adquirir um robot de ordenha, José Teixeira confessa que tem um interesse particular por equipamentos de tecnologia avançada, e aquando da decisão, esta coincidiu com investimentos que queriam fazer na ordenha.

Procuraram ordenhas sofisticadas e robots, acabando por decidir pelo robot, que se encontra a funcionar desde Janeiro de 2006. O jovem agricultor assegura que o equipamento é mais eficaz que a mão humana, pois não reage, não stressa com as vacas, e regista todos os movimentos, mas não é 100% infalível. Explica, também, que a mão humana não exerce sempre os mesmos movimentos, pois estes dependem do estado de humor do ordenhador, por exemplo, se este tem um compromisso, e a ordenha tem de ser mais rápida, os movimentos são mais bruscos e as vacas reagem de diferentes formas a estes estímulos e com o robot os movimentos têm sempre a mesma cadência, mesmo com uma vaca mais impaciente.

Como funciona?

"O Robot está disponível 24 horas por dia, excepto nos momentos em que efectua a lavagem do sistema. Dois motivos levam os animais a serem ordenhados: a necessidade fisiológica ou a gulodice. Há vacas que têm necessidade de ser ordenhadas devido à pressão do leite no úbere e outras que vão atrás do concentrado. Temos um tráfego forçado de maneira que quando a vaca quer comer tem de passar por uma cortina separadora que define se a vaca deverá ser ordenhada ou direccionada para a manjedoura. A selecção dos animais para serem ordenhados tem como base o número de horas desde a última ordenha e o número de vezes que pode aceder ao robot. Uma vez dentro do robot, ele identifica a vaca, ajusta-se de acordo com o comprimento da

Sou também muito curioso em saber o que dizem sobre o robot. Tenho oportunidade de rir com certos comentários que circulam, alguns completamente descabidos. Principalmente daqueles que nunca viram ou que se já viram não prestaram atenção, que dizem que o robot está parado, não funciona, que é necessário dormir junto ao Robot, entre outros

vaca, faz a lavagem dos tetos (lava, estimula, retira aos primeiros jactos e seca) retira o leite, faz a desinfecção e manda a vaca embora com um jacto de água para as pernas. Uma parte do concentrado (até 4 kg) é fornecido no momento da ordenha e de acordo com a sua produção o restante é fornecido na mistura do unifeed. Cada quarto é ordenhado individualmente o que evita que ocorra sobreordenação sobretudo nos quartos da frente."

Ao nível do apoio técnico e manutenção do equipamento, José Teixeira não teve receio de adquirir o robot pois a maior parte dos componentes deste sistema, já existem nas máquinas convencionais e automáticas. Pensou nessa questão ao escolher uma empresa que já estivesse implantada, que tivesse sensibilidade e conhecimento sobre as necessidades das vacas e com boa tecnologia ao nível do desenvolvimento de máquinas de ordenha. O facto de ter sido o primeiro a comprar este equipamento, teve como principal vantagem ser muito bem atendido e bem acompanhado pela empresa que o comercializou.

A produção de leite aumentou cerca de litro e meio a dois litros por vaca/dia. Jorge Oliveira esperava mais, mas com a instalação da cortina, a capacidade e eficiência do robot irá aumentar. Pelo facto de o robot estar instalado há pouco tempo, os resultados ainda não são definitivos, estando actualmente a trabalhar no sentido de o robot ordenhar mais leite por vaca e no aumento da capacidade, isto é, com o mesmo sistema ordenhar mais vacas.

Em média, por dia, o robot pode ordenhar

70 vacas e fazer entre 2,8 e 3 ordenhas, mas neste momento é difícil quantificar as melhorias na qualidade do leite porque, segundo José Teixeira, já trabalhavam com parâmetros de qualidade elevados, que têm vindo a manter, após o período de adaptação ao sistema quer dos animais quer dos trabalhadores da exploração.

Uma das principais dificuldades existentes nas explorações familiares, é a falta de qualidade de vida, a ordenha antiga era muito penosa e demorada, se existia a necessidade de aumentar a ordenha, teriam de contratar alguém para os ajudar. Contudo o problema foi ultrapassado desde a aquisição do robot, nomeadamente na flexibilidade de horários nos dias de compromisso (casamentos, baptizados) e é nesses dias que mais reconhecem o valor deste investimento.

Desta forma, a mão-de-obra ficou mais disponível e é rentabilizada noutras tarefas da exploração. O Jovem Agricultor acredita que o robot trará aumento de produção, aumente a qualidade do leite e a saúde animal do efectivo que se traduz num aumento do número de lactações por animal. José Teixeira espera, assim, aumentar 1 lactação, quando faziam 4, aumentando também o tempo de vida das vacas. A taxa de refugo por este motivo baixará.

A burocracia excessiva continua a ser uma das principais dificuldades sentidas na agricultura, e particularmente no licenciamento das explorações. José Teixeira acrescenta ainda entrada em vigor da nova legislação do uso dos medicamentos veterinários que obriga, entre outras coisas, a registar a entrada e saída dos medicamentos. Relativamente à questão ambiental, José Teixeira defende que deveria existir uma fase de adaptação e acompanhamento por parte dos técnicos, por forma a que os investimentos efectuados nas explorações sejam apenas os necessários. O jovem agricultor refere que a Agro-mancelos não polui, só se permitirem que os dejectos dos animais cheguem a locais públicos. Apenas necessita realizar adaptações ao nível da capacidade de armazenamento dos chorumes, por forma a cumprir o Decreto-Lei 202/2005 (normas de licenciamento).

Acha que a questão da formação e da informação é muito importante?

"Claro que é! Como estamos mais afastados da principal bacia leiteira do Entre Douro e Minho, a informação por vezes chega como algum atraso."



Do Especialista para os Especialistas



Javier Calvo Rico

Responsável pelo Marketing de Máquinas de Vindimar da CNH

Durante mais de 30 anos, as máquinas de vindimar distinguiram-se pela sua excelência nas vinhas de todo o mundo, excelência baseada no espírito de inovação constante, sendo a qualidade da vindima o factor chave da sua concepção.

A nova geração de máquinas de vindimar do líder mundial da vindima mecânica apresentam importantes evoluções e inovações na sua cabeça de vindima e oferecem o conforto que todo o operador deseja.

A cabeça da vindima

Tipo pendular auto-alinhante, característica essencial para respeitar a vinha.

Sistema de noras de godés de grande flexibilidade que anula a possibilidade de danos no pé das cepas, e transportam o produto até aos tegões de forma muito directa, sem fricções contra as partes fixas da máquina, respeitando o produto vindimado.

O sistema de sacudimento FDC (patente New Holland), realiza uma sacudida curta mas com precisão, que garante o derrube das uvas com revoluções mínimas, factor chave para o respeito da planta.

O novo sistema de conexão e desconexão rápida dos sacudidores, permite ao operador adaptar o sistema de acordo às características de cada vinha, rapidamente, sem perdas de tempo.

O facto dos sacudidores estarem ancorados nos dois extremos e com bielas flexíveis na parte traseira, anula os movimentos fora de controlo que podem produzir danos, dotando o sistema de grande flexibilidade.

Desengaçador

Este inovador sistema de limpeza, montado sobre os 2 tegões, encarrega-se de expulsar os resíduos da vindima tais como folhas, pedaços de sarmentos, etc., sem que se veja afectada a qualidade da uva recolhida.

Os resultados da limpeza causaram admiração, e está a ser muito valorizada pelos Enólogos, os quais cada vez mais exigem este sistema para realizar a vindima.

A nova geração de máquinas de vindima apresentam importantes evoluções e inovações na sua cabeça de vindima e oferecem o conforto que todo o operador deseja

Polivalência

Para além de vindimar, actualmente estas máquinas estão preparadas para realizar outras tarefas na vinha, ajudando a rentabilizar notavelmente o investimento.

Dispõem de um sistema que permite a desconexão da cabeça de vindima em 12 minutos, com uma única pessoa e sem ferramentas, permitindo a conexão rápida de um equipamento de pulverização.

Para os implementos dianteiros (pré-podadoras, despontadoras, etc.), está disponível um braço porta ferramentas controlado a partir da cabina com o comando da própria máquina, tornando fácil a sua selecção, conexão e operação.

Existe ainda um modelo que está preparado para realizar a colheita de azeitona em olivais super-intensivos, para além da vindima de uvas.

Conforto

A comodidade do operador influi directamente na produtividade, sendo este o motivo pelo qual a nova cabina conta com o comando "todo em um" e um monitor de controlo que possibilita a visualização permanente dos ajustes.

Todas as cabinas são suspendidas, insonorizadas, pressurizadas, e contam com calefação e climatização de série.

Inovação e Investimentos em Sistemas de Informação

Os investimentos em Sistemas de Informação (SI) no sector agro-florestal e alimentar têm sido efectuados a “conta-gotas”, muitas vezes com grandes dúvidas e alguma desconfiança por parte dos empresários. De facto, na maior parte das empresas do sector estes investimentos dizem respeito exclusivamente a sistemas de apoio à gestão, que cada vez mais são designados, muito abusivamente, por ERPs (Enterprise Resource Planning). Designados e comercializados como ERPs, é comum acabarem por servir para pouco mais do que dar apoio à facturação e/ou contabilidade das empresas. Além destes investimentos, tem existido alguma dinâmica nos últimos anos na aquisição de software com objectivos específicos. Alguns exemplos comuns incluem, no sector produtivo, programas para a gestão dos efectivos animais ou cadernos de campo informatizados e, nas empresas de transformação, programas para apoio à gestão da qualidade e/ou rastreabilidade. A decisão destes investimentos está normalmente associada a um responsável (da empresa ou de um departamento), entusiasta das tecnologias de informação, que “acredita” nos benefícios do investimento efectuado e se compromete pessoalmente a implementar e utilizar o SI. Os efeitos no desempenho das empresas são, como seria de esperar, os mais diversos, mas não é raro os resultados obtidos ficarem aquém do esperado.

As dúvidas e a desconfiança dos empresários relativamente aos investimentos em SI têm, por isso, em muitos casos, uma justificação empírica (más experiências no passado...). No entanto, e independentemente desta justificação, é pertinente perguntar se vale a pena ou não investir em SI. Por um lado, existem dúvidas recorrentes e de difícil resposta relativamente a esta questão, como a inexistência de uma correlação entre os investimentos em SI e os resultados das empresas, o elevado risco associado aos investimentos em SI e as limitações tecnológicas (e financeiras) das empresas do sector. Por outro, existem argumentos a favor destes investimentos que são difíceis de contestar, como o facto de lhes estarem geralmente associados benefícios intangíveis, nomeadamente mudanças organizacionais, que são muitas vezes subestimados.

A resposta a estas questões passa por dois pontos complementares. O primeiro é que a análise e a tomada de decisão relativa aos investimentos em SI devem ser efectuadas no contexto das opções estratégicas da empresa e

utilizando metodologias adequadas que quantifiquem os custos e os benefícios dos investimentos a efectuar. A utilização de critérios financeiros na análise (calculando, por exemplo, o VAL - Valor Acrescentado Líquido do investimento), pode ser um ponto de partida neste sentido. Não obstante, a análise financeira deve, tanto quanto possível, ser complementada com outros critérios de avaliação, nomeadamente os que consideram os custos e benefícios intangíveis do investimento (por exemplo, os que resultam da reorganização de informação que geralmente acompanha a adopção de um SI). De facto, a utilização de metodologias apropriadas é o primeiro passo para que a análise dos investimentos em SI seja feita de forma adequada, maximizando os resultados e o retorno financeiro para as empresas.

O segundo ponto está relacionado com o argumento de que os SI não são investimentos em inovação (dado que, geralmente, se trata de software que qualquer empresa pode adquirir no mercado...), e por isso não trazem vantagens competitivas. Na realidade, os investimentos em inovação são os que de facto estão correlacionados com os resultados e o crescimento das empresas, e por isso este argumento tem toda a pertinência. Para que não seja válido, os investimentos em SI não podem ser analisados exclusivamente numa perspectiva de SI, mas atendendo às alterações nos processos de negócio e práticas de gestão que operam nas empresas, i.e., às mudanças organizacionais que originam. A avaliação dos investimentos deve, assim, partir deste ponto de vista, analisando e quantificando os custos e os benefícios destas alterações, e só depois considerando os SI necessários para alcançar os objectivos propostos.

A inovação, e os benefícios que lhe estão associados, não dependem directamente da adopção de SI mas das mudanças organizacionais que daí resultam, ou seja, da utilização dos SI. Se for esta a perspectiva adoptada, e se forem utilizadas as metodologias adequadas na avaliação dos investimentos e no processo de tomada de decisão, é possível que algumas das dúvidas que geralmente são levantadas se dissipem e que os empresários passem a olhar com maior optimismo para os investimentos em SI. Se assim não for, as experiências menos positivas do passado continuarão injustamente a fazer pender a balança para o lado errado.



Luís Mira da Silva

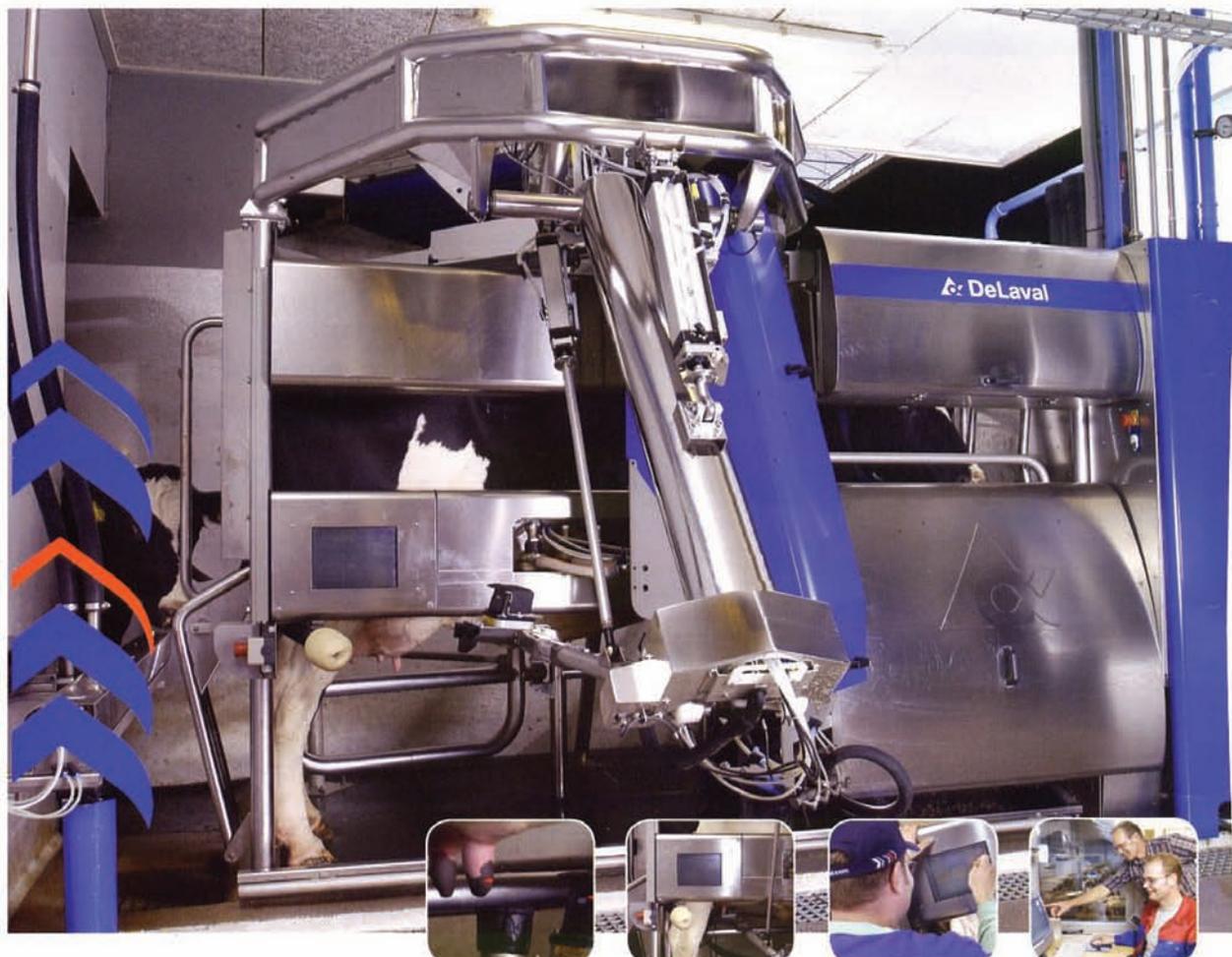
*Professor Associado
Instituto Superior de Agronomia*

Os investimentos em inovação são os que de facto estão correlacionados com os resultados e o crescimento das empresas

SISTEMA VOLUNTÁRIO DE ORDENHA

Instalado em Portugal o primeiro Robot de Ordenha

Já se encontra em funcionamento em Portugal, em Vila Meã, distrito do Porto, o primeiro Robot de Ordenha ou VMS (Voluntary Milking System – Sistema Voluntário de Ordenha).



PRODUTO

O VMS DeLaval é um Robot de ordenha evolutivo, duma geração completamente nova.

É o único no mercado que ordenha depressa e bem – o Copo de lavagem é um sistema de limpeza de tetos patenteado e de uma eficácia incomparável, com extracção dos primeiros jactos; o Braço de Ordenha multifuncional com uma grande flexibilidade, adapta-se a todo o tipo de úberes.

Com os seus 4 Medidores Ópticos controla a produção de leite por quarto. O nível de condutividade e a quantidade anormal de sangue, separam automaticamente o leite em função dos padrões de qualidade estabelecidos.

A Refrigeração é controlada segundo o fluxo do leite, para garantir uma óptima qualidade.

A Bomba de Vácuo com variação electrónica de velocidade, economiza até 60% dos custos de energia.

EXPERIÊNCIA

A DeLaval é profissional na ordenha à mais de 120 anos. Já tem mais de 1000 Robots de ordenha a funcionar pelo mundo inteiro, estando já 1 a funcionar entre nós!

PRESENÇA

Dispomos de uma equipa de 18 técnicos, estando já dois especializados na técnica do VMS.

Com cobertura total do país, temos pessoas especializadas na produção de leite, garantindo um serviço de qualidade e de proximidade.



Armazéns Centrais e Serviços Técnicos – MAIA

Zona Industrial da Maia I - Sector X • 4475-132 Gemunde - Maia • Tlf. : + 351 229 478 090 ; 229 478 520 • Fax : + 351 229 478 098 ; 229 478 099 • Email : harker.sumner@harker.pt

Filial – LISBOA

Parque Industrial do Arneiro - Lote 16 - S. Julião do Tojal - Loures • 2660-456 S. Julião do Tojal • Tlf. : +351 219 737 610 • Fax : + 351 219 737 629 • Email : harker.lisboa@harker.pt

A Vindima

A vindima finaliza o trabalho efectuado ao longo do ano. Os Viticultores realizaram várias tarefas e enfrentaram vários desafios, até poderem colher as suas uvas. Salientamos a descava, a poda, a empa, os acertos de carga, desladrões, a condução da sebe, a despona, os tratamentos fitossanitários e o controlo das infestantes.

A vindima ou colheita de uvas são conjunto das operações que permitem remover as uvas das cepas e conduzi-las à adega, onde decorrerá a vinificação. Um dos aspectos fundamentais da vindima é sem dúvida a data da marcação da vindima, pois a qualidade dos vinhos depende da sua marcação e os viticultores são pagos com base na graduação dos mostos à entrada das adegas.

Existem dois tipos de colheita: a Colheita Manual e a Mecânica. Ambas têm vantagens e desvantagens.

COLHEITA MANUAL

A colheita manual das uvas é um fenómeno globalizante no nosso país. Para a sua constatação bastará estar atento aos meios de comunicação nacionais e regionais, os quais mencionam a sua importância através das provas de vinhos, concertos, actividades desportivas, cortejos, e as tradicionais festas das vindimas. É sem dúvida um factor de extrema importância tanto no aspecto cultural como económico.

Ainda constitui um factor de forte identificação com o meio rural e com a terra, já que é frequente a deslocalização de habitantes dos grandes meios urbanos para as aldeias, de onde por vezes são oriundos ou detêm fortes laços inter-relacionais. A colheita manual é a mais tradicional, e não necessita de descrição. Todos conhecemos o quanto este trabalho é penoso e delicado. No entanto, existem uvas que simplesmente não podem ser colhidas de outra maneira. Deve ter-se em atenção alguns cuidados, utilizar ferramentas adequadas para que as uvas sofram o menor dano possível, o corte dos cachos deve realizar-se com tesouras leves de podar, eliminar as uvas gretadas, podres e verdes, evitar a sujidade com terra e não misturar material vegetativo. Os cachos são depositados em sacos de vindima ou caixas e transportados para a adega em tinas ou simplesmente no reboque do tractor. O ideal seria a recolha e o transporte serem feitos com tabuleiros ou caixas plásticas, contendo uma camada pouco espessa de uvas, de modo a evitar o esmagamento dos bagos evitando os fenómenos de oxidação e maceração tão prejudiciais para a qualidade.

A vindima deve ser iniciada pelas castas mais precoces que apresentem uma maturidade mais avançada e logo que as uvas se encontrem no ponto óptimo de maturação, o mais rapidamente possível.

Vantagens e Desvantagens

Entre as vantagens da vindima manual compreendem-se, a selecção das uvas (melhor estado fitossanitário e de maturação), e menores danos provocados nas uvas.

Como desvantagens para a vindima manual, salientamos a enorme quantidade de mão-de-obra bem como a sua escassez, associadas ao aumento do seu custo.

VINDIMA MECÂNICA

A vindima mecânica surgiu nos Estados Unidos, nos anos sessenta. Nos anos oitenta, um terço das uvas nos Estados Unidos eram já colhidas mecanicamente. Esta forma de vindima não é tão popular na tradicional França, onde é utilizada quase exclusivamente em vinhas de grandes dimensões. Em Portugal utilizou-se a máquina de vindima pela primeira vez na Quinta do Casal Monteiro, situada no Ribatejo. Na sequência de diversos aperfeiçoamentos ao longo de vinte e cinco anos, as máquinas de vindima são capazes de realizar um bom trabalho, com perdas reduzidas e rendimentos de campo economicamente vantajosos, desde que as condições da vinha sejam adequadas. A rentabilização de uma máquina de vindimar, segundo um inquérito realizado em França, exige como condições mínimas 20 ha e a especialização da exploração. Em Portugal, num ensaio realizado no Cartaxo com uma máquina rebocada, Rico (1996) obteve um limiar de rentabilidade de 32 ha. É nas regiões da Estremadura, Ribatejo e Alentejo onde já se efectua alguma mecanização. Por outro lado, as condições para o seu aumento estão reunidas nessas regiões, principalmente por causa da dimensão das explorações.

Condicionalismos de utilização

Para uma correcta operacionalidade da máquina torna-se imperativo que a vinha esteja preparada sob alguns aspectos. A condução da vinha deverá ser preferencialmente aramada de modo que os cachos se situem mais ou menos ao mesmo nível e que fiquem pelo menos a 30 cm do solo (uma vez que a altura de apanha vai de 30 cm a um máximo de 1,20 m). As cabeceiras devem ter uma largura suficiente para que se perca o menos tempo possível em manobras da máquina (no mínimo 5 m). As linhas devem estar bem definidas, com espaço suficiente entre elas e razoavelmente compridas. As parcelas devem ser relativamente grandes (um mínimo desejável entre 2 e 3 ha) e que não tenham inclinações longitudinais superiores a 40 %.

A Máquina

A vindima mecânica é realizada por uma máquina de grandes dimensões, cuja altura do chassis ao solo permite a passagem sobre os bardos de videiras.

Funcionamento

O seu modo de funcionamento assenta num conjunto de varas, direitas ou em arco, colocadas na horizontal e dos dois lados da videira, que mediante batimentos de diversas amplitudes, provocam a queda dos bagos para uns tapetes que os transportam para os tegões.

As máquinas de vindimar estão equipadas com um sistema de limpeza que absorve as folhas e pequenos troços lenhosos da videira separando-os dos bagos.

Existem máquinas de vindimar multifuncionais,

podendo ser equipadas para desfolha, desladrão, tratamentos fitossanitários e pré-poda.

Vantagens e Desvantagens da sua utilização

Como vantagens, este tipo de vindima, possibilita a vindima à noite quando as uvas estão frescas e os seus aromas mais acentuados, necessita apenas de dois operadores, funciona suficientemente rápido para vindimar todas as uvas no correcto estado de maturação e a redução de custos. Numa hora de trabalho uma máquina consegue vindimar o mesmo que 60 trabalhadores. Como resultado a utilização de uma máquina para vindimar implica uma redução de cerca de 45% de despesa. Apresenta como desvantagens a possibilidade de se perder 10% da colheita, a possibilidade da fermentação se iniciar precocemente uma vez que a colheita é maioritariamente composta por bagos (apenas 15% tem engajo), não é tão selectiva em termos sanitários dos bagos.



Vindimadores



Máquina de Vindimar

Referências Bibliográficas:

Carlos, M. A. Lopes (2001). *Disciplina de Viticultura 1 – Mecanização da Vindima*, ISA; Rico, F. M. O. T. de V. (1996). *Influência da vindima mecânica e das intervenções em verde no comportamento agrónomico da videira (Vitis vinifera) cv. "Periquita"*. Trabalho de fim de curso de Engenharia Agrónómica, ISA, Lisboa, 84 pp; TV (1986). *Les machines a vendanger et leurs incidences viti-vinicoles*. Institut Technique de la Vigne et du Vin (ed) Paris, 150 pp; www.portaldevinhos.com; www.frenteoste.com; www.lusowine.com; www.agriculturaemaquinas.com; www.idarn.up.pt.

Incêndios na mira do F3 (forest fire finder)

Novo sistema de detecção de fogos



João Matos

**Director NGNS -
Ingenious Solutions, Lda**

Com os incêndios a castigarem a floresta portuguesa no ano de 2003, João Matos, director da empresa informática NGNS, e Pedro Vieira, professor da Universidade Nova, decidiram criar um projecto inovador na detecção de fogos. Sensibilizados com a destruição das florestas, decidiram participar em várias reuniões em que se discutiam formas de auxiliar a detecção e os sistemas que existiam ao nível da detecção de incêndios e os problemas que existiam ao nível técnico. Determinaram, por isso, criar uma nova abordagem à detecção de incêndios e cortar radicalmente com as existentes, porque consideravam que essas não eram 100% eficazes. Durante este processo, perceberam que, para ter uma detecção inequívoca e sem qualquer tipo de falso alerta, era necessário ir fulcro da questão, ou seja, identificar o tipo de fumo.

Como funciona o processo de detecção de fogos?

"O processo de detecção de fogos funciona a partir da detecção e da análise do fumo através de espectrometria óptica. A espectrometria já é um processo bastante antigo, e é mesmo um processo que nós usamos no nosso olho. O olho humano quando observa uma coisa e vê uma cor, está a fazer uma análise de cor, nós vemos maioritariamente 3 cores, e as misturas que essas 3 cores permitem, que são imensas. E o espectrómetro é um olho, um bocadinho mais avançado que permite a análise de 2048 cores e todas as suas misturas. Esse aparelho tem uma grande sensibilidade, que nos permite fazer a distinção mesmo fora do visível. Nós podemos fazer observações entre ultravioletas e infra-vermelhos, o que nos permite verificar identidades a nível molecular, ou seja, o aparelho como está fora do visível, cada coisa tem uma determinada característica, enquanto que nós só vemos 3 cores, temos uma cor no visível para aquilo que nós observamos, mas o aparelho consegue ir muito para além disso. Criámos, depois, um sistema informático apropriado, um sistema óptico de condução do sinal, conseguimos, portanto, chegar a um analisador de atmosfera, se se quiser chamar assim, que neste momento está vocacionado para a captação de fumo orgânico que, embora tenha sido para isso que estivemos a trabalhar, poderá ter muitas outras utilidades. Utilidades essas que passam pela a detecção de

poluição, pela detecção destrinchada, nas zonas industriais sobre o que é um fumo de uma fábrica e um fumo de um fogo. Segundo João Matos, as grandes preocupações são a nível ambiental, porque são detectores que podem ser utilizados a longa distância e que não existem no mercado, e que poderão detectar, por exemplo, se um barco está a libertar alguma coisa nociva, pela detecção química à distância."

Quais são as vantagens em relação a outros sistemas de detecção de incêndios?

"Existem muitos sistemas de detecção de incêndio, e se for ler os relatórios dos sistemas que existem e se me perguntar se algum deles é eficaz, a resposta é não. Portanto, neste momento, existem muitas experiências, mas não existe no mercado um sistema completamente eficaz de detecção de incêndios. Por isso, é que nós resolvemos fazer uma nova abordagem ao nosso sistema. Existem sistemas ópticos, que criam muitos falsos erros, porque vão tentar detectar uma nuvem, mas uma nuvem é uma coisa muito vaga, mesmo para o nosso olho, facilmente confundimos uma nuvem de fogo com uma nuvem de vapor de água, quanto mais um computador. Existem sistemas térmicos que vão procurar fontes de calor, que são também muito vastas e muito vagas, portanto à noite pode ser óptimo mas, mesmo assim, se alguém acender uma luz dentro de casa, e se o sistema observar que aquilo é uma fonte de calor, dá o alerta. Um carro a passar e o sol a bater na chapa, é uma fonte de calor. E muitas outras coisas dão também origem a muitos falsos alertas. Depois existe também o sistema LIDAR, que é um sistema extraordinariamente caro e que obriga a colocar um laser na floresta para fazer a detecção, e a fazer bombardeamentos de laser a 360 graus. É um sistema que academicamente pode ser interessante, mas comercialmente não tem qualquer interesse. Existe depois o sistema dos aviões telecomandados, mas também obriga a ter gente por trás a comandar os aviões. Há toda uma série de sistemas que estão a tentar ser implementados. O nosso sistema trabalha 24 horas por dia, é autónomo, ou seja, mesmo que não haja electricidade no local, com painéis solares conseguimos resolver o assunto, é automático, o sistema a partir do momento que dá o alerta, o sinal pode chegar à estação de bombeiros



que interessa. No limite, nós precisamos de uma pessoa a tomar conta do sistema, pura e simplesmente para comprovar aquilo que ele vai detectando, mas ele pode estar a funcionar no modo completamente automático, em que lança o alerta directamente à estação dos bombeiros para um computador que esteja dentro de um carro, e diz exactamente onde é que é o foque de incêndio. O nosso sistema não só faz a detecção mas também faz o acompanhamento, dizemos no local como é que são as condições atmosféricas, temperaturas, humidades, velocidades de vento, etc. Dizemos qual é o foque de fumo. E estes dados podem permitir, a quem tenha conhecimentos, se houver uma rede de torres espalhadas por uma zona, podem permitir inferir para onde o fogo se vai propagar. O software vai estar também preparado, ajudante do detector, trabalha com Internet, o que vai permitir que qualquer pessoa que tenha interesse e que pague por esse serviço, possa acompanhar o que se está a passar, e ao mesmo tempo permitir criar um sistema pirâmide, ou seja, permitir às entidades que mandam, poder controlar o que é que se passa, onde é que se passa e qual é a dimensão do que se passa e o que está a arder."

Quando questionado sobre os custos do F3, João Matos afirma que o equipamento não é muito dispendioso para a área que abrange, ou seja, para um raio de 15km significaria gastar 30 mil euros. O mais caro são as torres, e é por isso que a NGNS pretende utilizar as que já existem como as das telecomunicações, da protecção civil, prédios, entre outros. Segundo o Director da empresa, para fazer a cobertura de Portugal, seriam necessários 20 milhões de euros, sendo que é um sistema que funciona durante 24 horas, 365 dias por ano, e que durante os períodos não-fogos poderá ter outras utilidades, como já foi referido. Adianta, ainda, que os custos para fazer apenas a pre-

venção durante os 3 meses de verão, vão custar ao Estado 120 milhões de euros. E é exactamente o Estado que esta empresa entende ser a entidade mais adequada para a gestão do F3. Embora não descure as associações e os produtores florestais, as empresas de papel, as Câmaras, etc, correr-se-ia o risco de haver um excesso de torres pelo país, por isso, João Matos considera que existindo uma malha de torres, só seria necessário gerir a parte da informação, e é o Estado a entidade que consideram que deveria ser o detentor dessa malha.

Quais são as suas expectativas no futuro relativamente a este equipamento?

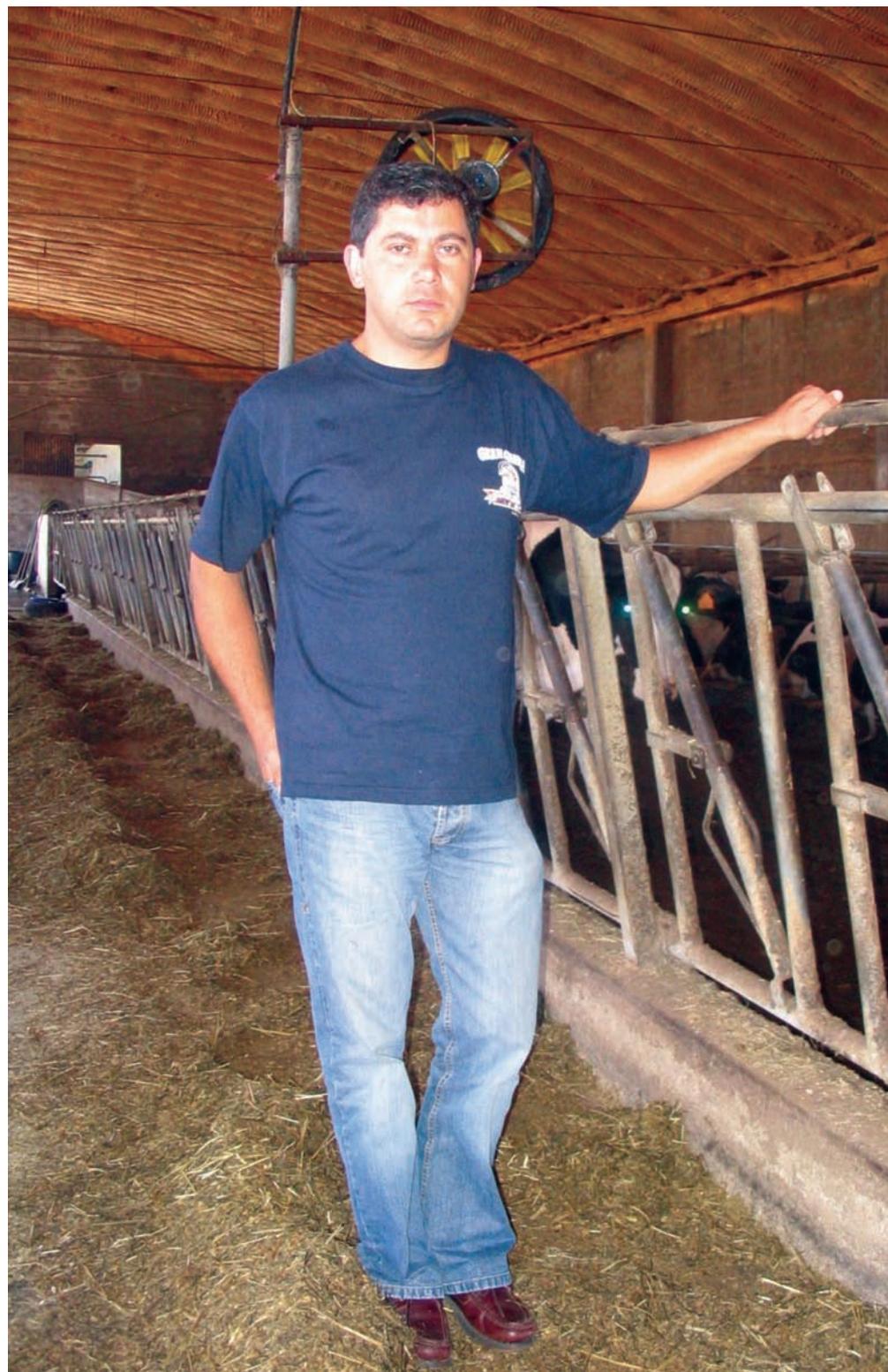
"Eu penso que este equipamento pode ter utilizações muito vastas, a muitos níveis, pode ter um desenvolvimento muito grande e muito útil, fundamentalmente, se entrarmos nas áreas das comissões, se entrarmos nas áreas que podem interessar e extra fogos e, fundamentalmente, a exportação. Já temos muitos contactos com o exterior. Tivemos numa feira em Madrid onde houve bastante interesse. Vamos apostar na feira de Frankfurt para o ano, é fundamental para a exportação."

Actualmente, a NGNS encontra-se a fazer instalações piloto, com demonstrações a entidades do Estado. João Matos refere que até ao final do ano o sistema será apresentado e aperfeiçoado, de modo a que possa ser comercializado, para que na próxima época já esteja em funcionamento nalguns sítios.

Eu penso que este equipamento pode ter utilizações muito vastas, a muitos níveis, pode ter um desenvolvimento muito grande e muito útil, fundamentalmente, se entrarmos nas áreas das comissões, se entrarmos nas áreas que podem interessar e extra fogos e, fundamentalmente, a exportação

Jorge Oliveira - Jovem Agricultor de

Vencedor do Concurso Jovem Agricultor



"A agricultura foi, desde os mais remotos tempos, uma actividade vital para a humanidade, sendo durante milénios o motor da economia dos povos. Actualmente a importância económica da agricultura portuguesa tem vindo a diminuir devido a vários factores, entre eles a crescente industrialização. Viu-se e vê-se, com graves problemas para os quais vem procurando soluções, na maioria das vezes por caminhos que não levam a lado nenhum. Representa actualmente uma minoria facilmente dominada pelas entidades que gerem o sector.

Porém, eu acredito que, a agricultura tem que evoluir e palavras como "lavrador" e "agricultor" têm que ser substituídas por "empresários agrícolas", porque mais do que uma pessoa que cuida da terra e que dela tira o seu sustento, os "novos empresários agrícolas" para além disto, têm que saber gerir, tal como qualquer outra empresa, todas as variáveis implicadas, quer sejam os utensílios, as máquinas, o maneio dos animais, o seu lucro, entre outros.

Gerir tudo isto não é tarefa fácil. Mas os jovens com espírito inovador, são quase sempre dados a desafios. Haverá maior desafio para um jovem que mostra a si mesmo e aos outros que consegue ser capaz de singrar no meio, onde, a maior parte tem descrédito, mas que é essencial para que toda a sociedade possa viver e que sem ela a própria sociedade morreria de fome? Pois para mim não há maior desafio."

Jorge Oliveira

O que o motivou para se instalar como jovem agricultor?

Foi uma área que eu sempre gostei. Já é de família, vem desde o meu avô. Há muitos anos que tinha a produção de leite. E daí veio esse bichinho por esta actividade.

Recorreu a alguma análise de investimento ou de mercado para preparar a sua instalação?

Não. Foram contas feitas por mim, apenas.

Porquê a escolha da Bovinicultura? E o

o Sucesso

2005

"Foi uma realização pessoal, fiquei orgulhoso de ter conseguido o prémio, foi uma meta que eu tracei e consegui alcançar"

que o levou a apostar no melhoramento genético?

Bovinicultura porque sempre gostei muito de animais, produção de leite neste caso, na raça Holstein. O melhoramento genético foi uma das formas que eu adoptei para conseguir tirar o máximo de rendimento dos animais, conseguir com menos animais produzir mais leite e obter um maior rendimento por animal. Com menos trabalho, conseguir mais rendimento.

Qual a importância dos apoios que recebeu para a decisão de se instalar como jovem agricultor? E até que ponto foram determinantes durante o processo de instalação?

Os apoios foram um incentivo para me instalar. No fundo em percentagem do investimento foi muito pouco aquilo que me deram. Eu ia instalar-me na mesma, mas foi um incentivo, na altura pensei em fazer um projecto, vou-me candidatar, vou receber mais tanto por cento e mais o prémio do Jovem Agricultor, mas no fundo foi uma pequena gota. Do investimento que realizei desde a instalação até hoje, a percentagem que recebi foi muito pequena.

Quais foram as principais dificuldades sentidas aquando da instalação, e as existentes actualmente?

Na instalação foi a burocracia, todos os papéis. E até hoje, têm sido as diversas políticas que mudam. Hoje a política está virada para um determinado ponto, uma certa produção, com certos objectivos, e amanhã aparece outra política com os objectivos virados ao contrário. Assim, é muito difícil trabalhar. Andamos sempre a ajustarmo-nos às políticas.

Qual é o canal que utiliza por forma a escoar a sua produção?

Neste momento é o cooperativismo. É tudo vendido à cooperativa.

Já considerou a hipótese de realizar transformação através da sua produção?

Já equacionei essa hipótese, mas para já não.

Tenho em vista fazer transformação, em queijo ou através da produção de carne, de venda directa, mas neste momento não. Para o futuro poderá ser uma hipótese. Vendo a forma como está a política hoje, virada para os subsídios, e neste momento a nossa subsistência são os subsídios, se eles não existissem não conseguiríamos ser rentáveis, não conseguiríamos trabalhar e ganhar dinheiro, porque o preço a que nós vendemos o produto, é o preço que nos custa produzir, e os subsídios são o lucro. Por isso pode ser uma hipótese a venda directa, uma mais valia.

Quais são as suas perspectivas para um crescimento contínuo e sustentado da exploração?

Neste momento e da forma como estão as políticas não prevejo aumentar, não me parece que seja por esse lado que consiga maior rentabilidade. Vejo, sim, conseguir e continuar a apostar no melhoramento genético, diminuindo os custos, conseguir produzir mais na exploração e adquirir menos factores de produção. Com o alargamento da exploração, com mais animais, não é por aí que consigo obter mais lucros.

A aposta irá para o melhoramento genético, o conforto dos animais, o bem-estar, melhorar as condições sanitárias, tentar eliminar mais doenças que existam na exploração que nos dão prejuízo. Se eu conseguir ganhar mais dinheiro num animal, prefiro ter menos e ganhar mais em cada um.

Pensa que ter obtido o Prémio Jovem Agricultor 2005 vai ter impacto na sua actividade?

Eu penso que sim. Eu penso que as pessoas acreditam mais no meu trabalho e já tenho tido pessoas que me perguntam porque é que não fazes assim, porque é que não fazes? Existe coisas que eu faço, e que sou pioneiro aqui nesta zona, como por exemplo fazer a recria de novilhas em sistema extensivo, em pastoreio. Penso que é um ponto de orientação para as outras pessoas também. Foi uma realização pessoal, fiquei orgulhoso de ter conseguido o prémio, foi uma meta que eu tracei e consegui alcançar.





Presidente da República visita stand da AJAP em Santarém

O Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNEMA) de Santarém, voltou a receber a Feira Nacional de Agricultura que conta já com 43 edições. Este ano, 120 mil pessoas visitaram a feira, podendo, entre outras coisas, usufruir de todo um espaço dedicado ao Festival Nacional do Vinho onde foram desenvolvidas acções destinadas às pessoas interessadas em apreciar e distinguir os diferentes produtos vinícolas. Cerca de 490 expositores estiveram presentes na

feira, o que mostra bem a esperança na agricultura nacional.

A inauguração ficou marcada pela presença de Moita Flores, o Presidente da Câmara Municipal de Santarém. Já no dia 11, segunda-feira, e Dia da Solidariedade, o Presidente da República, Cavaco Silva, visitou o certame, tendo aproveitado a oportunidade para conhecer o stand da AJAP e trocar impressões com o Presidente e os técnicos da organização.

Assinado Protocolo entre AJAP e o Grupo OS Mosqueteiros

Com vista à promoção de prestação de serviços eficazes e de qualidade aos agricultores portugueses, foi assinado um protocolo entre a AJAP e o Grupo "Os Mosqueteiros", no qual se estabeleceram princípios e procedimentos a aplicar.

A AJAP, enquanto entidade reconhecida pelo MADRP para a prática da Protecção Integrada no que respeita a culturas hortícolas, citrinos, vinha e olival, foi o elemento necessário para a celebração deste protocolo, por forma a que a qualidade dos produtos nacionais esteja assegurada.

No protocolo estabelecido, o Grupo Os Mosqueteiros e a AJAP, comprometeram-se a garantir o cumprimento das Boas Práticas no sector hortícola, através do desenvolvimento de acções de formação, de projectos de desenvolvimento tecnológico e técnico para a produção agrícola e de assistência técnica aos agricultores no que respeita ao cumprimento de especificações patentes nos cadernos de

encargos legais.

O acompanhamento das culturas será feito por técnicos da AJAP, que regularmente visitam as explorações agrícolas, promovendo o cumprimento de boas práticas fitossanitárias, bem como informando os agricultores do desenvolvimento das suas culturas e do estado sanitário das mesmas e fornecendo aos agricultores um comprovativo das visitas técnicas efectuadas aos seus campos são também objectivos a cumprir no âmbito desta parceria.

Para o presidente da AJAP, Firmino Cordeiro, «a aposta do Grupo Os Mosqueteiros na produção nacional é de valorizar e louvar uma vez que este tipo de parcerias – como a que formalizamos com a assinatura deste protocolo – é vital para modernizar a produção nacional, garantindo quer melhores condições para os agricultores portugueses, quer melhores níveis de qualidade para os produtos que diariamente chegam a casa dos portugueses».



Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA

| Concelhos | Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA | Telefone |
|---------------------|--|-------------|
| Aguiar da Beira | ELPAA - Entre Lapa e Pisco - Associação de Agricultores | 232 688 254 |
| Alenquer | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer | 263 711 012 |
| Alfândega da Fé | Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL | 279 462 682 |
| Alijó | Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro | 259 950 532 |
| Amarante | Associação de Agricultores de Ribadouro | 255 431 403 |
| Ansião | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião | 236 679 037 |
| Bragança | Ass. para o Des. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval | 273 327 037 |
| Elvas | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia | 268 688 020 |
| Cuba | Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo | 284 414 140 |
| Figueira C. Rodrigo | Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior | 271 312 139 |
| Lisboa | AJAP - Lisboa | 213 244 970 |
| Lousada | Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa | 255 913 305 |
| Macedo Cavaleiros | Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL | 278 421 698 |
| Macedo Cavaleiros | Centro de Gestão de Saldonha | 278 425 756 |
| Mértola | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola | 286 612 057 |
| Mirandela | Centro de Gestão Agrícola de Mirandela | 278 257 682 |
| Mogadouro | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro | 279 341 650 |
| Moita | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita | 212 896 629 |
| Montemor-o-Velho | Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral | 239 621 429 |
| Mortágua | Cooperativa Agrícola da Beira Açuieira - CABA | 231 927 470 |
| Moura | Gabinete de Apoio ao Agricultor em Moura | 285 254 775 |
| Odemira | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Odemira | 283 327 227 |
| Portel | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Portel | 266 612 636 |
| Salvaterra de Magos | Balcão Rural de Foros de Salvaterra | 263 501 500 |
| Santarém | Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste | 243 352 916 |
| Sendim | Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim | 273 739 166 |
| Sousel | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor Sousel | 268 551 458 |
| Terras de Bouro | Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro | 253 351 123 |
| Valongo | Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo | 224 219 160 |
| Vila do Conde | Gab. de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho | 252 661 740 |
| Vinhais | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo | 278 369 348 |

Parcelário - Locais e Horário de Atendimento

| Salas | Morada | Telefone | Fax | Dia |
|----------------------------|---|-----------------|-------------|-----------------------|
| ENTRE DOURO E MINHO | | | | |
| Arouca | Convento de Sta Mafalda, Av. 25 de Abril, n.º 2, 4540 AROUCA | 256 943 456 | 256 941 809 | |
| Braga | Quinta de São José, S. Pedro de Merelim | 253 265 880 | 253 265 554 | |
| Cabeceiras de Basto | Parque Florestal - Refojos, 4860 CABECEIRAS DE BASTO | 253 662 120 | 253 661 472 | |
| Celorico de Basto | Casa do Agri., Pç. Altino Alves Pereira, 4890-225 CEL. DE BASTO | 255 320 480 | 255 320 489 | |
| Cinfães | Urb. da Quinta dos Passais, loja B, 4690 CINFÃES | 255 563 585 | 255 563 585 | 4.ª Feira |
| Matosinhos | Sr.ª da Hora-Estr. Ext. da Circunv, 11846, 4460-281 MATOSINHOS | 229 574 032 | 229 574 032 | |
| Monção | Porta do Sol, 4950-500 MONÇÃO | 251 653 240 | 251 653 822 | |
| Penafiel | Av. Zeferino de Oliveira, 1, 4560 PENAFIEL | 255 729 120 | 255 729 125 | |
| Ponte de Lima | Sobral-Arca, 4990 PONTE DE LIMA | 258 742 207 | 258 743 674 | |
| TRÁS-OS-MONTES | | | | |
| Bragança | R. Claudino Mesquita da Rosa, BRAGANÇA | 273 327 329 | | 4.ª Feira |
| Chaves | Campo da Fonte, 30, 5400-161 CHAVES | 276 333 158 | | |
| Lamego | Calçada da Guerra, Parque Florestal, 5100-065 LAMEGO | 254 612 033 | | 5.ª Feira |
| Macedo de Cavaleiros | Recinto da Coop. de Mac. de Cav.-Apt. 33, 5340-951 M. DE CAV. | 278 428 010 | 278 426 358 | |
| Mirandela | Qt.ª do Valongo, 5370-087 MIRANDELA | 278 260 900 | | 4.ª Feira |
| Mogadouro | Casas do M.A.P., R. da Fonte Nova, 5200-229 MOGADOURO | 966 798 497 | | |
| Torre de Moncorvo | R. Dr. João Leonardo, 5, 5160-280 TORRE DE MONCORVO | 279 254 161 | | |
| Vila Real | Av. Almeida Lucena, 24, R/C, 5000-660 VILA REAL | 961 620 199 | | 3.ª Feira |
| BEIRA INTERIOR | | | | |
| Aveiro | R. de Anadia, 3810-208 AVEIRO | 234 403 980 | 234 421 695 | 2.ª Feira |
| Coimbra | Av. Fernão de Magalhães, 465, 1.º, 3000-177 COIMBRA | 239 855 358 | 239 826 569 | 3.ª Feira |
| Leiria | R. Dr. José Alves Correia da Silva, 14B, 2400-117 LEIRIA | 244 800 580 | 244 812 973 | 4.ª Feira |
| Viseu | Qta. do Fontelo, Estrada S. João da Carreira, 3504-504 VISEU | 232 467 220 | 232 422 297 | 5.ª Feira |
| BEIRA INTERIOR | | | | |
| Castelo Branco | Sítio do Lirião, Caixa Postal 204, 6000-113 CASTELO BRANCO | 272 325 954 | 272 325 969 | |
| Fundão | Ed. da Assoc. Regantes da Cova da Beira - Zona Expansão Poente (Largo do Tribunal), 6230 FUNDÃO | 275 779 420 | 275 779 429 | 2.ª e 5.ª Feiras |
| Gouveia | Quinta do Seixal - Apartado 34, 6291 GOUVEIA | 238 491 043 | 238 494 199 | 2.ª Feira |
| Guarda | Bairro da Sra. dos Remédios, 6300 GUARDA | 271 222 148 | 271 205 451 | 3.ª e 4.ª Feiras |
| Pinhel | R. Carreira de Tiro, 1, 1.º, 6400-338 PINHEL | 271 413 800 | 271 413 808 | 2.ª e 5.ª Feiras |
| Sertã - Zona Agrária | Bairro José Farinha Tavares, 6100-745 SERTÃ | 274 603 254 | 274 603 599 | 6.ª Feira |
| ribatejo e oeste | | | | |
| Santarém | Fonte Boa - Vale de Santarém, 2000-763 SANTARÉM | 243 767 032/4/5 | 243 767 039 | 6.ª Feira |
| Tomar | R. Cavaleiros de Cristo, Apartado 127, 2300-487 TOMAR | 249 310 490 | 249 310 509 | 4.ª Feira |
| Torres Vedras - Z. Agrária | R. Princesa Benedita, 4 - 2.º, 2560-359 TORRES VEDRAS | 261 318 855 | 261 318 898 | 2.ª Feira |
| Alentejo | | | | |
| Évora | Qta. da Malagueira, 7002-553 ÉVORA | 266 757 875 | 266 757 863 | 5.ª e 6.ª Feiras |
| Algarve | | | | |
| Faro | Patacão 3º andar-Sala 301, 8001-904 FARO | 289 870 738 | | 2.ª feiras alternadas |
| Portimão | Cabeço do Mocho, 8500-313 PORTIMÃO | 282 490 630 | | 2.ª feiras alternadas |

AGRO

Terça, 16 de Maio 2006

N.º 94 Série I-B

Página: 3384

Portaria n.º 456/2006

Altera a Portaria n.º 448-A/2001, de 3 de Maio, que aprova o Regulamento de Aplicação das Acções n.ºs 3,1 e 3,2, (...)

Alimentação Animal

Terça, 23 de Maio 2006

N.º 99 Série I-A

Página: 3466

Decreto-Lei n.º 86/2006

Transpõe, parcialmente, para a ordem jurídica nacional as Directivas n.ºs 2005/46/CE, da Comissão, de 8 de Julho, 2005/48/CE, (...)

Fitossanitários

Quarta, 16 de Agosto 2006

N.º 157 I Série

Página: 5820

Portaria n.º 815/2006

Altera a Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro (estabelece medidas extraordinárias de protecção fitossanitária (...))

Florestas

Sexta, 21 de Julho 2006

N.º 140 I Série

Página: 5172

Decreto Regulamentar n.º 11/2006

Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

Quarta, 19 de Julho 2006

N.º 138 I Série

Página: 5014

Decreto Regulamentar n.º 8/2006

Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul

Quarta, 19 de Julho 2006

N.º 138 I Série

Página: 5029

Decreto Regulamentar n.º 9/2006

Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte

Terça, 18 de Julho 2006

N.º 137 I Série

Página: 4971

Decreto regulamentar n.º 7/2006

Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Dão e Lafões

Segunda, 8 de Maio 2006

N.º 88 Série I-B

Página: 3258

Portaria n.º 29/2006

Altera o Regulamento do Programa de Apoios a Conceder pelo Fundo Florestal Permanente em 2005 e 2006, (...)

Formação Profissional

Quinta, 18 de Maio 2006

N.º 96 Série I-B

Página: 3428

Portaria n.º 461/2006

Suspende as candidaturas aos apoios previstos na Portaria n.º 385-A/2003, de 14 de Maio (...)

RPU

Sexta, 26 de Maio 2006

N.º 102 Série I-B

Página: 3565

Despacho Normativo n.º 34/2006

Altera o Despacho Normativo n.º 42/2004, de 26 de Outubro, que estabelece o método de cálculo do montante de referência (...)



Segurança Alimentar

Segunda, 31 de Julho 2006

N.º 146 I Série

Página: 5442

Decreto-Lei n.º 147/2006

Aprova o Regulamento das Condições Higiénicas e Técnicas a Observar na Distribuição e Venda de Carnes e Seus Produtos, revogando os Decretos-Lei n.ºs 402/84, de 31 de Dezembro, e 158/97, de 24 de Junho

SNIRA

Quinta, 27 de Julho 2006

N.º 144 I Série

Página: 5357

Decreto-Lei n.º 142/2006

Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais de espécie bovina, ovina, caprina, suína e equídeos (...)



Vitivinicultura

Quarta, 16 de Agosto 2006

N.º 157 I Série

Página: 5825

Portaria n.º 817/2006

Altera o anexo II da Portaria n.º 364/2001, de 9 de Abril (confirma a menção «vinho regional» seguida da indicação geográfica «Algarve» para os vinho de mesa tintos, brancos e rosados, ou rosés, que satisfaçam determinadas condições de produção)

Quarta, 16 de Agosto 2006

N.º 157 I Série

Página: 5822

Portaria n.º 816/2006

Alerta os Estatutos da Zona Vitivinícola de Óbidos

Terça, 25 de Julho 2006

N.º 142 I Série

Página: 5241

Portaria n.º 735/2006

Altera a Portaria n.º 442/2006, que estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas, e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas para a campanha vitivinícola (...)

Quarta, 10 de Maio 2006

N.º 90 Série I-B

Página: 3326

Portaria n.º 442/2006

Estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (...)

Quinta, 25 de Maio 2006

N.º 101 Série I-A

Página: 3507

Decreto-Lei n.º 93/2006

Altera os Estatutos da Região Demarcada dos Vinhos Verdes, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 10/92, de 3 de Fevereiro

Diversos

Segunda, 4 de Setembro 2006

N.º 170 I Série

Página: 6512

Portaria n.º 904/2006

Estabelece as condições e o procedimento para o estabelecimento de zonas livres de cultivo de variedades geneticamente modificadas

Terça, 23 de Maio 2006

N.º 99 Série I-A

Página: 3468

Decreto-Lei n.º 87/2006

Transpõe para a ordem jurídica nacional as Directivas n.ºs 2005/53/CE, de 16 de Setembro, 2005/54/CE, de 19 de Setembro, da Comissão, introduzindo alterações ao anexo I do Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado

Terça, 28 de Março 2006

N.º 62 Série I-B

Página: 2316

Portaria n.º 307/2006

Altera a Portaria n.º 384/2003, de 14 de Maio, que estabelece as regras da candidatura e aprovação do programa (...)



Gabinetes de apoio Jovem agricultor

1 - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa Tel.: 213 244 970

2 - Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740

3 - Gab. de Apoio ao Jovem Agr. na Coop. Agr. da Feira e S. João da Madeira
R. do Moinho das Campainhas, Cavaco, 4520 - 244 Sta Maria da Feira, Tel.: 256 371 410

4 - Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Esposende
Rua da Sr.ª da Saúde, 4740 - 289 Esposende, Tel.: 253 964 666

5 - Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089

6 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adega Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945

8 - Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 - 141 Lousada, Tel.: 255 913 305

9 - Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro
Covas - Moimenta, 4840 - 100 Terras de Bouro, Tel.: 253 351 114

13 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintã de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411

14 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480

15 - Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403

16 - Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1, 4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543

17 - Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilhos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502

18 - Centro de Gestão Agrícola de Mirandela
Praça do Mercado, 1º Andar, Loja 2, 5370 - 287 Mirandela, Tel.: 278 257 682

19 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
Av. do Ciclo, Edifício da Junta de Freguesia, 5225 - 101 Sendim, Tel.: 273 739 166

20 - Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval
Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037

21 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 532

22 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1.º, 5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348

23 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro, Tel.: 279 341 650

24 - Centro de Gestão de Saldonha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2.º, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756

25 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205

26 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Chaves
Av. General Ribeiro de Carvalho, Edifício da Estação, 5400 - 497 Chaves, Tel.: 276 322 783

27 - Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417

28 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042

29 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Av. 8 de Setembro, C/V - G, 5110 - 121 Armamar, Tel.: 254 855 960

30 - Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro - Associação
R. Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vilaiva, Loja E0, 5000-586 Vila Real, Tel.: 259 372 893

32 - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2.º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 421 698

33 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2. 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421

34 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 19, 5340-268 Macedo de Cavaleiros

35 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139

36 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Castelo Branco
Rua D. Jorge da Costa, N.º 23, 6000 - 215 Castelo Branco, Tel.: 272 320 763

37 - ELPAA - Entre Lapa e Pisco Associação de Agricultores
Av. 5 de Outubro, N.º 11, 3570 - 011 Aguiar da Beira, Tel.: 232 688 254

38 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Mercado da Junta, Lj. 5, Largo das Meãs, 3140 - 165 Meãs do Campo, Tel.: 239 621 429

39 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539

40 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037

41 - Cooperativa Agrícola da Beira Agueira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. M.º L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470

42 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros

44 - Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste

Esc. Sup. Agrária de Santarém, O.º do Galinheiro, 2001-904 Santarém, Tel.: 243 352 916

45 - Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426

46 - Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Esq, 2200 - 281 Abrantes, Tel.: 241 366 806

47 - Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, n.º 179, 2120 - 188 Foros Salvaterra, Tel.: 263 501 500

48 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita
Estrada de Sarilhos Pequenos, N.º 5, 2860 - 355 Moita, Tel.: 212 896 629

49 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012

50 - Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-primária, 7940 Cuba, Tel.: 284 414 140

51 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057

52 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458

53 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
Rua 5 de Outubro, N.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775

54 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547

55 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Campo Maior
Rua João das Minas, N.º 31 - 1º Andar, 7370 - 061 Campo Maior, Tel.: 268 687 139

56 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ervedal
Estrada Nacional Nº 243, 7840 - 284 Ervedal AVS, Tel.: 242 460 000

57 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227

58 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Portel
R. Grupo Coral de Cantares Regionais de Portel, 20, 7220 - 407 Portel, Tel.: 266 612 636

60 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
Rua do Rossio, N.º 82, 7830 - 371 Serpa, Tel.: 284 544 655

61 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horto do Belho, 7350 Elvas, Tel.: 268 626 668

62 - Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000 - 673 Estoi, Tel.: 289 994 581

63 - FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8901 - 907 Vila Nova de Cacela, Tel.: 281 950 400

64 - Agrupamento de Defesa Sanitária de Alcoutim
Largo da Igreja, 5, 8970 - 104 Giões, Tel.: 281 498 286

